



**NOTAS DE LEITURA:**  
**MACHADO DE ASSIS MADURO**  
**E A CRÍTICA À ESCRAVIDÃO**

**Reading notes: the mature Machado de Assis  
and the criticism of slavery**

**ALBERTO LUIZ SCHNEIDER**  
*(sócio titular do IHGSP)*

**Resumo:** O objetivo deste artigo é explorar a historicidade e as desavenças em torno do Abolicionismo e da presença negra no Brasil em fins do Século XIX – fundamentalmente na década de 1880 – na obra de Machado de Assis. Nesse período, os grandes debates públicos giravam em torno do fenômeno literário, razão pela qual optou-se por investigar o modo como o Escravismo, o Abolicionismo e o racismo científico aparecem nos textos de Machado.

**Palavras-chave:** História; Literatura; Machado de Assis; Escravidão; Abolicionismo; Cientificismo

**Abstract:** The purpose of this article is to explore the historicity and disagreements around the abolitionism and the presence of the black people in Brazil in the late nineteenth century, essentially in the 1880s, in the work of Machado de Assis. In that period, the great public debates revolved around the literary phenomenon, which is the reason why it was decided to investigate the way who the slavery and the abolitionism and the scientific racism appear in the texts of Machado de Assis.

**Keywords:** History; Literature; Machado de Assis; Slavery; Abolitionism; Scientifism.



Machado de Assis (1839-1908) ambientou toda a sua obra no Rio de Janeiro e soube captar, com rara acuidade, a historicidade de seu tempo e de seu país. Neste artigo se busca investigar o modo como os últimos tempos da escravidão aparecem na pena do escritor. O esgotamento do escravismo e do Império marcaram o nascimento de outro Brasil. E esse novo país que despontava é, ao menos em parte, tributário das transformações vividas na província de São Paulo. Graças à ex-

pansão do café pelo Oeste paulista, à imigração europeia que então se intensificava e à industrialização que viria a se enraizar, São Paulo ia ganhando importância, tornando-se um dos fatores que levaria ao declínio do escravismo, ainda que o ativismo de homens negros como Luiz da Grama, em São Paulo, André Rebouças e José do Patrocínio, no Rio de Janeiro, tenha sido de fato decisivo na luta do contra o escravismo. Machado de Assis, ele próprio um mulato, não deixou de abordar o tema em sua literatura. Precisamente aqui está o objetivo do artigo.

A partir da década de 1870 o ritmo das transformações foi intenso. O fim do tráfico negreiro (1850) e o lento declínio do consenso escravocrata, bem como a traumática experiência da Guerra do Paraguai afetaram a estabilidade imperial. Nas letras, a “geração de 1870” – na sua diversidade e multiplicidade –, assumiu discursos modernizadores.<sup>1</sup> Na definição de Sílvio Romero, um “bando de ideias novas” povoou as cabeças intelectualizadas que então despontavam. Vivia-se um fascínio pelas últimas conquistas da civilização moderna, em que as ideias e as sensibilidades identificadas com a Segunda Revolução Industrial – em particular, a Ciência – emergiram como um instrumento explicativo da vida.<sup>2</sup>

Não se trata aqui de aprofundar os meandros da “geração de 1870”, mas de reconhecer a “desagregação” das estruturas políticas e mentais herdadas do Império, num momento de laicização, modernização e urbanização da vida brasileira, em que as noções de centro e periferia, ou de atraso e modernidade, entraram na agenda nacional. A crise culminaria no fim da Escravidão e da Monarquia. Os novos repertórios – republicanos, abolicionistas, imigrantistas, realistas e naturalistas, nacionalistas e cientificistas – geraram a necessidade de expurgar, seletivamente, determinadas ideias europeias, como a Monarquia e o Romantismo, em troca de outras, não menos europeias, como as Ciências, o Realismo e o Naturalismo, ou o Positivismo. Certamente diverso e mesmo conflitante, se pode afirmar, de acordo com Angela Alonso, que o movimento “intelectual” da geração de 1870 representa uma contestação à ordem imperial levada a cabo por grupos em maior ou menor grau marginalizados pelas instituições monárquicas. O movimen-

---

1 Angela Alonso, *Idéias em movimento – A Geração de 1870 na crise do Brasil-Império* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002).

2 Nicolau Sevcenko, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República* (São Paulo: Editora Brasiliense, 1999), 25-41.



to aproveitou-se do repertório europeu da segunda metade do Século XIX, apresentado como modernizador, a fim de ensejar reformas, o que implicou na contestação da ordem imperial.<sup>3</sup>

No Machado de Assis da segunda fase – de textos como *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), *O Alienista* (1882), *Quincas Borba* (1891) ou *Dom Casmurro* (1899) – se pode observar um romancista já claramente pós-romântico, pois profundamente diferente de José de Alencar, até àquele momento aclamado pelos leitores e pela crítica como o grande escritor brasileiro. Machado – ao fugir do Nacionalismo por um lado, e do Naturalismo e do Realismo, por outro; ao fazer pouco caso dos progressos de seu tempo, como a Ciência; ao recusar o aparente engajamento nas grandes causas públicas, como a Abolição e a República – produziu uma literatura, marcada pela linguagem elegante, pela ironia fina, pela urbanidade amena e refinada, nota Antonio Candido.

A “discrição” – permeada de subentendidos, alusões e eufemismos – emprestava aos seus contos e romances a capacidade de não chocar “as exigências da moral familiar”, ao contrário do Naturalismo, com “descrição minuciosa da vida fisiológica”. O humor e o pessimismo elegante, as referências a filósofos do Século XVIII e à Bíblia faziam da “leitura uma experiência agradável”, o que acabava por lisonjear “o público mediano, inclusive os críticos, dando-lhes o sentimento de que eram inteligentes a preço módico”.<sup>4</sup> No entanto, demonstra Candido, atrás do bom moço, havia o “desmascaramento” dos homens e da própria sociedade, ainda que evitasse um tom que poderíamos chamar de “sociologizante”:

Sob o rapaz alegre e mais tarde burguês comedido que procurava ajustar-se às manifestações exteriores, que passou convencionalmente pela vida, respeitando para ser respeitado, funcionava um escritor poderoso e atormentado, que recobria os seus livros com a cutícula do respeito humano e das boas maneiras para poder, debaixo dela, desmascarar, investigar, experimentar, descobrir o mundo da alma, rir da sociedade, expor algumas das componentes mais esquisitas da personalidade. Na razão inversa de sua prosa elegante e discreta, do seu tom humorístico e

3 Angela Alonso, “Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [vol.] 15, 44 (2000): (36-53).

4 Antonio Candido, “Esquema de Machado de Assis”. In: *Vários Escritos* (São Paulo: Duas Cidades, 1995). 22; Antonio Candido, *Vários Escritos* (Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011).

ao mesmo tempo acadêmico, avultam para o leitor atento as mais desmedidas surpresas.<sup>5</sup>

A observação de Candido sobre os leitores é importante. De fato, o estilo de Machado de Assis permitiu camadas de leitura facilmente tragáveis para o gosto médio e conservador, inclusive estilisticamente. É preciso observar a historicidade da recepção de Machado. Quando da publicação de *Memórias póstumas*, em 1881 (saiu antes, em 1880, em fragmentos, na *Revista Brasileira*), a acolhida dos leitores foi relativamente modesta.<sup>6</sup> Bem mais calorosa – nota Haroldo Cevarolo,<sup>7</sup> citando Helen Caldwell – foi a recepção de *O Mulato* (1881), de Aluísio Azevedo (1857-1913). Em outras palavras, o Machadinho – como era chamado quando jovem – estava se tornando Machado de Assis, operação que demandou, além do próprio texto literário, o investimento da crítica e dos leitores. Mas é claro que a força do texto machadiano é incontornável. É ainda Candido quem observa que sua técnica narrativa consistia

[...] em sugerir as coisas mais tremendas da maneira mais cândida (como os ironistas do Século XVIII); ou em estabelecer um contraste entre a normalidade social dos fatos e a sua anormalidade essencial; ou em sugerir, sob a aparência do contrário, que o ato excepcional é normal, e o anormal seria o ato corriqueiro. Aí está a modernidade, apesar do seu arcaísmo de superfície.<sup>8</sup>

São conhecidas as páginas de *O Alienista* (1882), em que Machado de Assis ironiza o médico-cientista, o Dr. Bacamarte, que acaba internado no próprio asilo – Casa Verde – em que dirigia suas pesquisas e experimentos e onde internava aos demais moradores da cidade de Itaguaí. É conhecido o “Humanitismo”, que “retifica o espírito humano, suprime a dor, assegura a felicidade, enche de imensa glória nosso país”.<sup>9</sup> Eis a filosofia elaborada pelo

5 Antonio Candido, *Vários Escritos*, 23.

6 Hélio Seixas Guimarães, *Os leitores de Machado de Assis* (São Paulo: Nankin / EDUSP, 2012). 192.

7 Haroldo Ceravolo Sereza, “O Brasil na Internacional Naturalista: adequação da estética, do método e da temática naturalistas no romance brasileiro do Século 19” (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo – FFLCH-USP, 2012). 63.

8 Antonio Candido, *Vários Escritos*, 29.

9 Machado de Assis, *Memórias póstumas de Brás Cubas. Obra Completa de Machado de Assis*, vol. I (Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994). Capítulo 91.



personagem Joaquim Borba dos Santos, em *Quincas Borba* (1891). Trata-se de evidente sátira em relação ao Positivismo, ao Naturalismo e ao Cientificismo evolucionista de seu tempo. A teoria do “ao vencedor, as batatas” pode ser lida como uma paródia das leis científico-evolutivas, da “luta pela vida com sobrevivência do mais apto”.<sup>10</sup> Lembremos que Brás Cubas, em *Memórias póstumas* (1881), busca notoriedade por meio de um emplastro, uma invenção científica.

Não há dúvida que livros como *O Mulato* (1881) e *O Cortiço* (1890), ambos de Aluísio Azevedo – cuja proximidade com o Republicanismo, o Positivismo e o Abolicionismo são evidentes – se encaixavam melhor no horizonte de expectativa literária dos republicanos e abolicionistas do que *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881) e *Dom Casmurro* (1899). Esses romances, narrados em primeira pessoa e pautados pela (auto) reflexão, pelo apuro da linguagem e pelo caráter especulativo – que narra antes pensamentos e sentimentos do que acontecimentos e descrições, quase sempre em tom subjetivo e interno, contraditam vivamente com a expectativa literária de Romero, que cobrava dos escritores engajamento nas lutas do mundo e do tempo, fé na ciência, vontade (liberal) de progresso, empenho na construção da nacionalidade (não apenas literária). No Machado maduro, além das questões universais – como o ciúme, o interesse, a dissimulação – há também, como sugere Candido –, questões relativas à “estrutura social” próprias da sociedade em que o escritor fluminense viveu:

Pela sua obra toda há um senso profundo, nada documentário, do *status*, do duelo dos salões, do movimento das camadas, da potência do dinheiro. O ganho, o lucro, o prestígio, a soberania do interesse são molas dos seus personagens, aparecendo em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, avultando em *Esau e Jacó*, predominando em *Quincas Borba*, sempre transformando em modos de ser e fazer. E os mais desagradáveis, os mais terríveis dos seus personagens, são homens de corte burguês impecável, perfeitamente entrosados nos mores da sua classe.<sup>11</sup>

A obra de Machado de Assis é marcada por recusas. Uma delas foi a de aderir às escolas naturalistas e realistas, tal como haviam feito escritores europeus como Émile Zola ou Eça de Queiroz (1845-1900), de grande

<sup>10</sup> Antonio Candido, *Vários Escritos*, 34.

<sup>11</sup> *Ibid.*, 38.

repercussão no Brasil do último quartel do Século XIX. Recusa extensiva à própria ciência da época, da qual Machado guardou distância ou ironia. Recusa que já estava configurada na famosa crítica de Machado de Assis a Eça de Queiroz, por “atirar-se ao inventário”, sem esquecer nem ocultar nada, na condição de discípulo realista-naturalista que acredita que “só chegará à perfeição no dia em que nos disser o número exato dos fios de que se compõe um lenço de cambraia ou um esfregão de cozinha”.<sup>12</sup> Machado, apesar de não ocultar a dissidência, não condena escolas literárias e seus autores de modo absoluto, mas defende seu próprio projeto literário, marcado pela recusa tanto do Naturalismo como do Realismo.<sup>13</sup>

O Machado de Assis da segunda fase também recusou uma sensibilidade de cunho nacionalista, atitude política e intelectual incomum em fins do Século XIX, tempo de intenso nacionalismo em todo o Ocidente. Mas não pôde fugir de tão candente assunto. Em 1873, o autor escreveu um célebre artigo intitulado “Instinto da nacionalidade”, em que se pode ver um Machado respeitoso em relação à tradição herdada do Romantismo, em que ainda se vê o uso da expressão como a “cor local”. O escritor enxergou linhas de continuidade na jovem tradição literária luso-brasileira – desde Santa Rita Durão (1722-1784), no Século XVIII, até o indianismo de Gonçalves Dias (1823-1864) –, cujas linhas deveriam continuar na “geração que ainda agora madruga”, a despeito das diferenças. Machado de Assis não leu a tradição com o gosto moderno pelo futuro e retórica do progresso, reconhecendo no Romantismo brasileiro – empenhado em narrar a índios alegóricos e a natureza tropical – o “instinto da nacionalidade”:

Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país, e

12 Machado de Assis, “O primo Basílio”. In: *Obra Completa de Machado de Assis*, vol. III (Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994), 913.

13 Por importante que seja, não nos interessa aqui aprofundar as diferenças e matizes entre o Naturalismo e o Realismo. A discussão é extensa, mas um excelente ponto de partida está em “Machado de Assis e o problema do ‘realismo-naturalismo’”. Cf. Haroldo Ceravolo Sereza, “O Brasil na Internacional Naturalista: adequação da estética, do método e da temática naturalistas no romance brasileiro do Século 19” (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo – FFLCH-USP, 2012), 60-96. Sobre Eça de Queiroz e o Brasil, ver: José Leonardo Nascimento, *O “Primo Basílio” na imprensa brasileira do Século 19 – Estética e História* (São Paulo: Editora da UNESP, 2008).



não há como negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono do futuro. [...]. Interrogando a vida brasileira e a natureza americana irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional.<sup>14</sup>

A percepção machadiana não se pautou pela negação absoluta da tradição romântica, que declinava. Machado de Assis não aceitou restringir a literatura às obras que versassem sobre assunto “local” ou “nacional”, pois antes interessava a condição propriamente literária do fenômeno, independente de outros compromissos. Para ele, o que se deveria “exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço”.<sup>15</sup> Sem destruir a tradição, valendo-se da estratégia de afirmar, legitimar e, posteriormente, negar e atenuar, o romancista acabou por romper a linearidade do paradigma em torno do nacional.

O crítico português Abel Barros Baptista ao comentar o *Instinto da Nacionalidade*, influente ensaio de 1873, e a realização de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, o importante romance de 1881, nota a recusa machadiana em aceitar a prescrição nacionalista herdada da geração anterior sem, contudo, negar a validade da operação nacional levada a cabo pelos fundadores da Literatura Brasileira. Machado teria procurado “delimitar um estatuto para a sua assinatura resistindo à lei nacional”, afirma Barros Baptista. Para ele, “reflexão machadiana sobre a questão da nacionalidade literária desarticula a retórica solidária do projeto nacional legado pelo Romantismo, quebrando o laço entre a realidade brasileira entendida como realidade fundadora e a literatura”<sup>16</sup>. Em outras palavras, Machado não teria se engajado na tarefa de construir o Brasil, mas sim de construir uma literatura que, por mais brasileira que fosse, seria antes de tudo literatura. A perspectiva de Machado de Assis não exige da Literatura Brasileira um compromisso final com a construção do próprio país. O texto literário deveria servir-se de liberdade criadora, e não ser determinado por fatores extraliterários: “tudo é matéria de poesia, uma vez que traga as condições do belo ou os elementos de que ele se compõe”.<sup>17</sup>

14 Machado de Assis, *Obra Completa de Machado de Assis*, 801.

15 Machado de Assis, *Obra Completa de Machado de Assis*, 804.

16 Abel Barros Baptista, *A formação do nome: duas interrogações sobre Machado de Assis* (Campinas: Editora da UNICAMP, 2003). 42.

17 Machado de Assis, *Obra Completa de Machado de Assis*, 806.

Machado de Assis, ao propor o “sentimento íntimo” como fundamento do “instinto da nacionalidade”, conseguiu desvincular-se da tradição romântica, sem com isso aderir às escolas e teses hegemônicas de fins do Século XIX, o que possibilitou um prudente afastamento dos determinismos étnicos e geográficos, tentação que poucos homens de letras de seu tempo souberam evitar. A noção machadiana de “sentimento íntimo” foi suficientemente aberta para não negar as condições nacionais e suas possibilidades literárias, mas “recusar” o exclusivismo nacionalista e determinista. Trata-se de criativa elisão do nacionalismo mais empobrecido. Em Machado predomina uma visada interior, subjetiva e reflexiva. Ao evitar tanto a tradição romântica quanto as novidades conceituais recém-desembarcadas da Europa da segunda metade do Século XIX, o escritor soube perceber a dimensão teleológica do horizonte discursivo do modernismo cientificista da “nova geração”, que lhe pareceu “o inverso da tradição bíblica: é o paraíso no fim”.<sup>18</sup> Tratava-se, pois, de uma crítica à visão redentora do progresso, bem como uma recusa à automática adesão (ou ruptura) frente ao passado europeu, inclusive recolhendo da tradição europeia o que ela própria desvalorizava no Século XIX; Cervantes, por exemplo. Como Jorge Luís Borges (1899-1986) faria depois, Machado teria escolhido seus precursores. Ao recusar a dimensão totalizadora do projeto nacional e da retórica do progresso, estava por recusar as tradições hegemônicas do Século XIX.

O Machado da segunda fase, de *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1880) em diante, não se limitou ao diálogo com os grandes autores de seu tempo – de Victor Hugo (1802-1885) a Flaubert (1821-1880), de Zola a Eça de Queiroz – enfim, da grande tradição romântico-realista do Século XIX, nem se deixou pautar pelos teóricos cientificistas, como Herbert Spencer ou Hippolite Taine, mas também praticou uma contínua leitura com outros tempos, outras temporalidades, outras tradições e, mesmo, com outra Europa. Machado de Assis foi ávido leitor da tradição clássica de Dante (1265-1321), de Gil Vicente (1465-1537), de Fernão Mendes Pinto (1509-1583), de Camões (ca. 1524-1579/80) e de Antônio Vieira (1608-1697), de Pascal (1623-1662), Shakespeare, Molière (1622-1673) e Racine (1639-1699), e os já mencionados autores do Século XVIII: Voltaire, Laurence Sterne, ou Xavier de Maistre. Dialogou ainda com a Bíblia e os autores latinos.<sup>19</sup> Esse diálogo fez

<sup>18</sup> *Ibid.*, 811.

<sup>19</sup> João Cezar de Castro Rocha, em *Machado de Assis: por uma poética da Emulação* (Rio de





que Machado evitasse o tom doutrinário e “evangelizador” da ciência moderna, do Naturalismo e do Realismo, cultivando o humor e a dúvida e, sobretudo, valorizando a relação, assumindo um tom fragmentário e subjetivo.

Para Alfredo Bosi, Machado foi um profundo leitor dos jansenistas franceses, o que teria feito dele um herdeiro da vertente cética do Iluminismo<sup>20</sup>. A precisão da leitura de Bosi não é fundamental para esse trabalho, mas sim a tese segundo a qual Machado dialogou com tradições letradas próprias de outros tempos, o que permitiu que o escritor fluminense relativizasse, ou mesmo se opusesse, a retórica do progresso (com seus cientificismos biologicizantes). No entanto, o diálogo com antigas tradições letradas não tiraram de Machado a condição de atento observador de seu país e de seu tempo, como querem John Gledson, Roberto Schwartz e Sidney Chalhoub. Sua capacidade de criticar tanto a ordem liberal conservadora, monárquica e escravocrata que entardecia, quanto o cientificismo republicano que amanhecia, mostra a força de sua dissidência.

### **Machado e a causa abolicionista**

Há muitas passagens que evidenciam um Machado sensível à causa da Abolição, mas dentro de uma discussão mais ampla sobre a condição humana. Sidney Chalhoub, em *Machado de Assis, Historiador*,<sup>21</sup> empenhou-se em demonstrar um escritor que através de contos, crônicas e romances retratou a incapacidade da classe senhorial em pensar o mundo, ou o Brasil

---

Janeiro: Civilização Brasileira, 2013), desenvolve uma longa e erudita explicação para o salto qualitativo do Machado de Assis da segunda fase. O escritor teria recuperado a prática retórica da *aemulatio*, própria da cultura letrada do Antigo Regime, cujo princípio central está na “emulação” dos grandes autores da tradição clássica. Machado, deliberadamente anacrônico, por isso criativo e pós-romântico, teria recuperado elementos da prática literária pré-romântica. O romantismo, com sua defesa da originalidade e da singularidade, prescindiu do domínio da cultura clássica. Machado teria sido capaz de produzir uma prática literária nova justamente porque soube retomar velhos diálogos, produzindo uma literatura para além dos cânones oitocentistas. Não é objeto deste artigo avaliar a instigante e bem documentada tese do autor em questão, mas insistir na postura de Machado leitor dos antigos, como Castro Rocha demonstra. O que permitiu a Machado superar os limites oitocentistas, vale dizer, e contornar as limitações impostas pela retórica do progresso e do nacionalismo.

20 Alfredo Bosi, *Machado de Assis*. Coleção Folha Explica. (São Paulo: Folha Publicações, 2003).

21 Cf. CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

da época, sem o trabalho escravo. Chalhoub vai até a biografia de Machado para mostrar que sua atuação de funcionário do Ministério da Agricultura serviu para ampliar o alcance da Lei do Ventre Livre, de 1871. O assunto já foi trabalhado por muitos autores,<sup>22</sup> mas é importante registrar a presença de retratos da mentalidade senhorial nas obras de Machado. Nos contos *O caso da vara*, *O espelho* e *Pai contra mãe*, escritos após a Abolição, a Escravidão é diretamente abordada. No entanto, para os limites desse texto, interessa investigar os anos finais da crise do escravismo. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, publicado originalmente em 1880, foi escrito em um momento de pleno combate entre escravocratas e abolicionistas, quando os primeiros ainda gozavam de força política e social.

O personagem Brás Cubas viveu de 1805 a 1869, quando o escravismo vicejava em todos os poros da sociedade brasileira. A personagem passou pelos momentos mais dramáticos da história do país, como a crise regencial e as revoltas regionais, o tráfico ilegal de escravos, as lutas pelo fim do tráfico (1850), a Lei de Terras (1850), a Questão Christie (1862). Brás Cubas, o “defunto autor”, morreu em 1869. Machado de Assis escreveu o texto em 1880<sup>23</sup>, publicado originalmente em folhetim, pela *Revista Brasileira*. Era um tempo de batalha política em torno da Lei do Ventre Livre (1871), conquistada apesar da tenaz resistência dos proprietários. Eis um tempo marcado pela politização dos debates em torno da Escravidão imposto pela agenda abolicionista.<sup>24</sup> Em *Memórias Póstumas*, Machado descreve um escravocrata como muitos de sua classe social, que não alcançou a “celebridade”, nem foi “ministro”, “mas coube-me a boa fortuna de não comprar o pão com o suor do meu rosto”.<sup>25</sup>

22 O assunto em torno das relações entre Machado e a Abolição é longo e complexo, e já foi abordado pela fortuna crítica de Machado. Além dos textos já citados, ver: GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. São Paulo: Paz e Terra, 2003; SCHWARZ, Roberto. *Martinha versus Lucrecia*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; ARANHA, Graça (organização, introdução e notas). *Machado de Assis e Joaquim Nabuco: correspondência*. Rio de Janeiro: Topbooks / ABL, 2003; SCARPELLI, Marli Fantini. “Machado de Assis: entre o preconceito, a abolição e a canonização”. In *Revista Matraca*. v. 15. n. 23. Rio de Janeiro, jul./dez. 2008.

23 *Memórias Póstumas de Brás Cubas* apareceu, primeiramente, na forma de folhetim, entre março e dezembro de 1880, pela *Revista Brasileira* do Rio de Janeiro. Em 1881, o texto saiu em forma de livro, publicado pela Tipografia Nacional.

24 ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Ver, especialmente, o Capítulo 5. p. 152-185.

25 ASSIS, Machado de; COUTINHO, Afrânio (org). *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. In



Brás Cubas encarna o ócio e o privilégio, em desalinho com a instituição de um ordenamento liberal que a retórica do progresso propunha, baseado no elogio do trabalho e do empreendimento. Trata-se, entre outras dimensões, de uma sátira da classe senhorial brasileira que aceita com entusiasmo novidades técnicas e teóricas vindas da Europa, mas empregadas como instrumentos de legitimação de prestígio e preservação do poder. Nos oito anos de “estudos” na Europa, Brás Cubas angariou o preparo necessário para “ornamentação, a fraseologia, a casca”, aprendendo apenas o “liberalismo teórico e o romantismo prático”.<sup>26</sup> Ainda que longa a citação, vale a pena observar as palavras do autor-defunto sobre si mesmo e seu gosto pela “nomeada”, e pelo “amor da glória”:

Essa ideia era nada menos que um medicamento sublime, um emplasto anti-hipocondríaco, destinado a aliviar nossa melancólica humanidade. Na petição de privilégio que então redigi, chamei a atenção do governo para esse resultado, verdadeiramente cristão. Todavia, não neguei aos amigos as vantagens pecuniárias que deviam resultar da distribuição de um produto de tamanhos e tão profundos efeitos. Agora, porém, que estou cá do outro lado da vida, posso confessar tudo: o que me influiu principalmente foi o gosto de ver impressas nos jornais, mostradores, folhetos, esquinas, e enfim nas caixinhas de remédio, estas três palavras: Emplasto Brás Cubas. Para que negá-lo? Eu tinha a paixão do arruído, do cartaz, do foguete de lágrimas. Talvez os modestos me arguam esse defeito; fio, porém, que esse talento me hão de reconhecer os hábeis. Assim, minha ideia trazia duas faces, como as medalhas, uma virada para o público, outra para mim. De um lado, filantropia e lucro; de outro lado, sede de nomeada. Digamos: – amor da glória.<sup>27</sup>

Além do gosto aristocrático do nome e do prestígio, Machado de Assis chegará ao tema da Escravidão, inseparável da vida dos homens e das mulheres que habitavam os círculos do país de Brás Cubas. Quando criança, a personagem ganhara o apelido de “menino diabo”, com a graça e simpatia do pai amoroso, que endossa a “divertida” mania de quebrar a cabeça de uma

---

Machado de Assis – obra completa em três volumes. Vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar S.A., 1994.. 639

26 GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 145.

27 ASSIS, Machado de; COUTINHO, Afrânio (org). *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. In Machado de Assis – obra completa em três volumes. Vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar S.A., 1994. p. 515.

escrava que lhe nega mimos e doces, e de montar em Prudêncio – menino negro e escravo –, transformado em montaria do “menino diabo”.

Prudêncio, um moleque de casa, era meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia, – algumas vezes gemendo, – mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um – “ai, *nhonhô!*” –, ao que eu retorquia: – “Cala a boca, besta!”.<sup>28</sup>

Lembremos que Brás Cubas nasceu na elite agrária e dependente da Escravidão. Machado não entra nesse assunto, mas sabe que o leitor conhece a centralidade do escravismo. Tão central que o negro escravo é o cavalo (e brinquedo) daquela sociedade. O “menino-diabo”, ainda criança, talvez pouco antes da Independência, em uma festa dada pelo pai, escuta alguém dar a notícia sobre o tráfico de escravos, assunto corriqueiro para homens como o pai de Brás Cubas.

[...] segundo cartas que recebera de Luanda, uma carta que o sobrinho lhe dizia ter já negociado cerca de quarenta cabeças, e outra carta em que... Trazia-as justamente na algibeira, mas não as podia ler naquela ocasião. O que afiançava é que podíamos contar, só nessa viagem, uns cento e vinte negros, pelo menos.<sup>29</sup>

Os últimos anos do escravismo e do Império foram conturbados, mas de crescente força dos discursos abolicionistas e republicanos. Uma série de convergências e divergências marcaram ambos os movimentos. O que viria primeiro, a República ou a Abolição? Muitos dos integrantes da geração de 70 associaram um e outro movimento, mas dividiam-se quanto às prioridades. O problema era o modo como um e outro movimento se articulariam. Não há espaço, nem é o foco deste artigo aprofundar a questão, mas é importante salientar as clivagens entre os homens de 1870 e notar, como

28 ASSIS, Machado de; COUTINHO, Afrânio (org). *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. In Machado de Assis – obra completa em três volumes. Vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar S.A., 1994. p. 527

29 ASSIS, Machado de; COUTINHO, Afrânio (org). *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. In Machado de Assis – obra completa em três volumes. Vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar S.A., 1994. p. 530



faz Maria Fernanda Lombardi Fernandes, que as bandeiras abolicionistas e republicanas não necessariamente foram carregadas em conjunto e muitas vezes estavam separadas:

Era plenamente possível ser republicano e defender, se não a Escravidão, a protelação da Abolição, ao mesmo tempo em que era possível defender o fim da Escravidão, sem mais delongas, e a manutenção da Monarquia. Várias posições intermediárias também eram possíveis. Isso gerava a cisão entre o grupo de contestadores em dezenas ou centenas de associações, clubes, organizações políticas ou de ação social etc. Em torno desses dois temas também eram construídas as alianças – temporárias ou definitivas – entre membros, a princípio, pertencentes a correntes antagônicas<sup>30</sup>.

Lembremos que Machado de Assis, como seu amigo Joaquim Nabuco e o outro abolicionista importante, André Rebouças, foram monarquistas. A simpatia de Machado à monarquia não o impediu de tratar do escravismo em suas obras, com sutileza e radicalidade, nem de retratar a elite brasileira oitocentista com severidade, como já demonstrou Roberto Schwartz<sup>31</sup> e muitos outros estudiosos. Para este texto, no entanto, é fundamental observarmos a historicidade da crítica ao escravismo que comparece ao romance machadiano, sobretudo *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881). Embora não haja na literatura de Machado, nem em sua vida privada, o ativismo militante dos abolicionistas, sua intervenção literária da década de oitenta fez parte do processo de deslegitimação do escravismo, bem como da crítica à *coisificação* dos cativos, comparáveis ao gado: “cerca de quarenta cabeças”. A condição de mercadoria vendável dos escravos fica bem clara no debate entre Brás Cubas, a irmã Sabina e o cunhado Cotrim. Após a morte do pai dos Cubas, os herdeiros debatem a partilha dos bens, aí incluídos os escravos da família:

– Ora, mano, deixe-se dessas coisas, disse Sabina, erguendo-se do

30 FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2008. p. 26. A autora nota que Silva Jardim, embora republicano e antiescravista, era sensível à causa da lavoura e defendia a indenização aos proprietários, diferente dos abolicionistas, que pleiteavam a Abolição imediata e sem indenização.

31 SCHWARTZ, Roberto, *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis* (São Paulo: Duas Cidades, 1991); e, do mesmo autor, *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

sofá; podemos arranjar tudo em boa amizade, e com lisura. Por exemplo, Cotrim não aceita os pretos, quer só o boleeiro de papai e o Paulo...

– O boleeiro não, acudi eu; fico com a sege e não hei de ir comprar outro.

– Bem; fico com o Paulo e o Prudêncio.

– O Prudêncio está livre.

– Livre?

– Há dois anos.

– Livre? Como seu pai arranjava estas coisas cá por casa, sem dar parte a ninguém! Está direito. Quanto à Prata... creio que não libertou a Prata?<sup>32</sup>

Cotrim, o cunhado de Brás Cubas – que havia sido contrabandista de escravos – não gostava deles, mas não abria mão dos cativos, pois eram importantes em sua desarvorada luta pela ascensão social. Ele agia com rigor e violência contra os escravos “fujões”, chicoteando-os até arrancar-lhes sangue. Machado põe a acusação na boca dos inimigos de Cotrim, deixando ao leitor o arbítrio. Ficamos sabendo que o “gênero de negócio” em que o cunhado atuava necessitava de “modos duros”:

Como era muito seco de maneiras tinha inimigos, que chegavam a acusá-lo de bárbaro. O único fato alegado neste particular era o de mandar com frequência escravos ao calabouço, donde eles desciam a escorrer sangue; mas, além de que ele só mandava os perversos e os fujões, ocorre que, tendo longamente contrabandeado escravos, habituara-se de certo modo ao trato um pouco mais duro que esse gênero de negócio requeria, e não se pode honestamente atribuir à índole original de um homem o que é puro efeito das relações sociais.<sup>33</sup>

Machado de Assis, contudo, não foi um ativista da causa abolicionista – como eram seus contemporâneos André Rebouças, José do Patrocínio e Joaquim Nabuco ou Luís Gama –, mas era um fino observador da vida brasileira, expressando-se pela literatura, o que não deixa de ser uma intervenção

32 ASSIS, Machado de; COUTINHO, Afrânio (org). *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. In Machado de Assis – obra completa em três volumes. Vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar S.A., 1994. p. 562.

33 ASSIS, Machado de; COUTINHO, Afrânio (org). *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. In Machado de Assis – obra completa em três volumes. Vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar S.A., 1994. p. 620.



no mundo. John Gledson, ao tratar das relações entre Machado e a Abolição, observa que o escritor assumiu certo relativismo, pois, ainda que se libertassem os escravos, eles teriam de viver do trabalho em condições miseráveis. Machado, entre ironias e chistes, nota Gledson, chama à atenção do leitor algo importante:

Abolição não é um movimento da escuridão para a luz, mas a simples passagem de um relacionamento econômico e social opressivo para outro... libertando os escravos, não se faz mais do que libertá-los para o mercado de trabalho, no qual serão contratados e demitidos e, sem dúvida, receberão salários miseráveis.<sup>34</sup>

Machado, implicitamente, recusara a retórica do progresso que assumiam os abolicionistas, para quem a Abolição redimiria o país. De fato o escritor relativizava e mesmo desconfiava dos grandes engajamentos de seu tempo. Mas a causa abolicionista no Brasil da década de 1880 mobilizou corações e mentes, e Machado – sempre cético e irônico –, nesse assunto talvez tenha sido menos relativista do que supõe Gledson. Observemos a reflexão de Brás Cubas quando encontra Prudêncio, o menino negro transformado em cavalo – agora livre e dono de um escravo, agindo como um senhor que de fato se tornara.

[...] era um preto que vergalhava outro na praça. O outro não se atrevia a fugir; gemia somente estas únicas palavras: – “Não, perdão, meu senhor; meu senhor, perdão”! Mas o primeiro não fazia caso, e, a cada súplica, respondia com uma vergalhada nova.

– Toma, diabo! dizia ele; toma mais perdão, bêbado! – Meu senhor! gemia o outro.

– Cala a boca, besta! replicava o vergalho.

Parei, olhei... Justos céus! Quem havia de ser o vergalho? Nada menos que o meu moleque Prudêncio, – o que meu pai libertara alguns anos antes. Cheguei-me; ele deteve-se logo e pediu-me a bênção; perguntei-lhe se aquele preto era escravo dele. – É sim, *nho nhô*.

– Fez-te alguma coisa?

– É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei ele na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo na cidade, e ele deixou a quitanda

34 GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 124.

para ir na venda beber. – Está bom, perdoa-lhe, disse eu.

– Pois não, *nhonhô*. *Nhonhô* manda, não pede. Entra para casa, bêbado!

Saí do grupo, que me olhava espantado e cochichava as suas conjecturas. Segui caminho, a desfiar uma infinidade de reflexões, que sinto haver inteiramente perdido; aliás, seria matéria para um bom capítulo, e talvez alegre. Eu gosto dos capítulos alegres; é o meu fraco. Exteriormente, era torvo o episódio do Valongo; mas só exteriormente. Logo que meti mais dentro a faca do raciocínio achei-lhe um miolo gaiato, fino e até profundo. Era um modo que o Prudêncio tinha de se desfazer das pancadas recebidas, – transmitindo-as a outro. Eu, em criança, montava-o, punha-lhe um freio na boca, e desancava-o sem compaixão; ele gemia e sofria. Agora, porém, que era livre, dispunha de si mesmo, dos braços, das pernas, podia trabalhar, folgar, dormir, desagrilhoado da antiga condição, agora é que ele se desbancava: comprou um escravo, e ia-lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera. Vejam as sutilezas do maroto!<sup>35</sup>

A passagem é rica e caberia análise mais densa, mas o que o nos interessa aqui é evidenciar o quanto as *Memórias Póstumas de Brás Cubas* exibiram as perversidades da escravidão, concorrendo, como já dissemos, para deslegitimá-la. Machado não pensava em termos raciais, o que não é trivial em tempos cientificistas. Não é por que Prudêncio seja negro que não possa ser senhor e, como tal, violento. Negro, ex-escravo, Prudêncio se tornara um pequeno senhor, mas jamais se igualaria ao “*nhonhô*” Brás Cubas. Questão de classe e de cor. Prudêncio ao ver Brás Cubas pede bênção e imediatamente atende ao pedido do seu antigo senhor, pois “*Nhonhô* manda, não pede”. É como se Machado quisesse dizer que um Prudêncio da vida, um negro livre, pode até se tornar um proprietário de escravo, possibilidade legal para qualquer homem livre do Império, mas nunca seria um Brás Cubas, ou seja, um homem branco, de estirpe e grande proprietário, que andara a estudar pela Europa. Machado também sugere que um negro como Prudêncio pode até ser um pequeno escravocrata, mas os escravos, de Prudêncio ou de Brás Cubas, serão sempre negros. Se nem todos os negros mulatos são escravos, todos os escravos são negros e mulatos.

35 ASSIS, Machado de; COUTINHO, Afrânio (org). *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. In Machado de Assis – obra completa em três volumes. Vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar S.A., 1994. p. 581-582.





A questão da Escravidão como pano de fundo voltaria a aparecer em *Dom Casmurro*, romance de 1899, quando a Abolição já completara mais de uma década. No texto, Bentinho aponta para os escravos, em diálogo com Escobar, e narra a origem rural e escravocrata da família. Na passagem, fica claro que grande parte da renda da família provém do trabalho escravo. Não se trata de questão de somenos importância:

Contei-lhe o que sabia da vida dela e de meu pai. Escobar escutava atento, perguntando mais, pedindo explicações das passagens omissas ou só escuras. Quando eu lhe disse que não me lembrava nada da roça, tão pequenino viera, contou-me duas ou três reminiscências dos seus três anos de idade, ainda agora frescas. E não contávamos voltar à roça?

– Não, agora não voltamos mais. Olha aquele preto que ali vai passando, é de lá. Tomás!

– *Nhonhô!*

Estávamos na horta da minha casa, e o preto andava em serviço; chegou-se a nós e esperou.

– É casado, disse eu para Escobar. Maria onde está?

– Está socando milho, sim, senhor.

– Você ainda se lembra da roça, Tomás?

– *Alembra*, sim, senhor.

– Bem, vá-se embora.

Mostrei outro, mais outro, e ainda outro, este Pedro, aquele José, aquele outro Damião...

– Todas as letras do alfabeto, interrompeu Escobar.

Com efeito, eram diferentes letras, e só então reparei nisto; apontei ainda outros escravos, alguns com os mesmos nomes, distinguindo-se por um apelido, ou da pessoa, como João Fulo, Maria Gorda, ou de nação como Pedro Benguela, Antônio Moçambique...

– E estão todos aqui em casa? Perguntou ele.

– Não, alguns andam ganhando na rua, outros estão alugados.

Não era possível ter todos em casa. Nem são todos da roça; a maior parte ficou lá.

– O que me admira é que Dona Glória se acostumasse logo a viver em casa da cidade, onde tudo é apertado; a de lá é naturalmente grande.

– Não sei, mas parece. Mamãe tem outras casas maiores que esta; diz, porém, que há de morrer aqui. As outras estão alugadas. Algumas são bem grandes, como a da Rua da Quitanda.<sup>36</sup>

36 ASSIS, Machado de; COUTINHO, Afrânio (org). *Dom Casmurro*. In Machado de Assis –

É preciso reconhecer a diferença de historicidade entre *Dom Casmurro* (1899) e *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), escrita no início da dramática década de 1880, tempo de encarniçadas lutas entre abolicionistas e escravocratas. Em *Memórias Póstumas*, a cena doméstica é apresentada com absoluta naturalidade, como a reforçar a condição de *coisa* dos escravos. O efeito no leitor é o de chamar a atenção para uma naturalidade escravocrata que, naqueles anos, passara a ser alvo dos ataques abolicionistas. Angela Alonso nota que um dos grandes esforços dos abolicionistas foi justamente o de retratar os negros escravizados como pessoas, insistindo no que ela chamou de “retórica da compaixão”, que servia poderosamente para deslegitimar o sistema. A militância abolicionista dava-se sobretudo entre os grupos médios da população urbana do Rio de Janeiro e de outros centros urbanos, formada ao menos em parte por leitores de jornais e romances, frequentadores de teatro etc., precisamente o público dos escritores brasileiros da época. Machado, como sabemos, conferia ao leitor importância e atenção. Na cena a seguir, o narrador mostra mais um episódio da infância de Brás Cubas, onde os escravos comparecem à cena como parte do ambiente doméstico de uma família abastada e, naturalmente, escravocrata:

Pedi em voz baixa o doce; enfim, bradei, berrei, bati com os pés. Meu pai, que seria capaz de me dar o sol, se lho exigisse, chamou um escravo para me servir o doce. A tia Emerenciana arrancara-me da cadeira e entregara-me a uma escrava, não obstante meus gritos e repelões<sup>37</sup>.

Na cena, “a escrava” não tem nome, o que reforça a ideia de que a presença da Escravidão não é trivial. Não se pode esquecer que Machado era amigo pessoal e interlocutor frequente de Joaquim Nabuco. É absolutamente impossível que o tema do trabalho escravo e da Abolição não comparecesse em suas tertúlias. Notemos que já no início de *O Abolicionismo* – obra de 1883, publicada só dois anos depois de *Memórias Póstumas* –, Nabuco chama a atenção para a existência de uma espécie de linha de cor, como uma característica incontornável do escravismo moderno. De fato, somente os

---

obra completa em três volumes. Vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. p. 899-900.

37 ASSIS, Machado de; COUTINHO, Afrânio (org). *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. In Machado de Assis – obra completa em três volumes. Vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. p. 530-231.



homens de “cor preta” foram sistematicamente escravizados no Brasil por mais de três séculos:

A escravidão moderna repousa sobre uma base diversa da escravidão antiga: a cor preta. Ninguém pensa em reduzir homens brancos ao cativeiro: para este ficaram reservados tão somente os negros. Nós não somos um povo exclusivamente branco, e não devemos, portanto, admitir essa maldição pela cor.<sup>38</sup>

Machado de Assis não tomou parte nos comícios abolicionistas. Mas se pronunciou por meio de sua literatura. Em 1882, o escritor publicou *Papéis avulsos*, livro de contos em que se encontra *O Espelho: esboço de uma teoria da alma humana*. Enquanto o discurso senhorial ligava os escravos e os negros à indolência, à promiscuidade e à selvageria, apresentando os próprios senhores como sujeitos dotados de moralidade e civilidade, Machado, ao contrário, constrói um personagem denominado Jacobino. Trata-se de um rapaz que, ao que tudo indica, era branco e de origem social modesta. Mas a promoção ao posto de Alferes da Guarda Nacional altera sua condição. Na fazenda da tia – uma senhora escravista – o jovem Jacobino deixa de ser chamado pelo nome, de acordo com ordens da família. É o título que passa a identificar o sujeito, acima do próprio nome. Os escravos foram obrigados a tratá-lo por “senhor Alferes”. Um dia, no entanto, na ausência da tia, os escravos abandonaram a fazenda e o Alferes vê-se privado não só do trabalho dos escravos, mas, também, da reverência que eles estavam obrigados a prestar-lhe.

Achei-me só, sem mais ninguém, entre quatro paredes [...]. Nenhum fôlego humano. [...] ninguém, um molequinho que fosse. Gatos e galinhas tão-somente, um par de mulas, que filosofavam a vida, sacudindo as moscas, e três bois [...] nenhum ente humano. Pareceu-lhes que isto era melhor do que ter morrido? Era pior.<sup>39</sup>

Sem os escravos para sustentar a identidade de um homem superior, o Jacobino não se encontra no espelho. Sem escravos, a ordem escravocrata

38 NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 24.

39 ASSIS, Machado de; COUTINHO, Afrânio (org). *O Espelho*. In *Papéis Avulsos*. In *Machado de Assis – obra completa em três volumes*. Vol. II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. p. 349.

desaparece. Sem eles, desaparece o poder e prestígio proporcionado aos proprietários, ferindo o que Sidney Chalhoub chamou de “ideologia senhorial”.<sup>40</sup>

Ao se pensar o Brasil do último quartel do Oitocentos precisamos notar que *escravos* e *negros* não são sinônimos, inclusive em termos demográficos. No Censo de 1872, os escravos representavam apenas 15,24% da população brasileira, de menos de 10 milhões de habitantes. Ainda de acordo com o Censo, a população branca do Império era de 38,1%, o que indica uma vasta gama de negros e mestiços livres. Em outras palavras, em torno de 58% dos habitantes do Brasil eram, para usar a linguagem da época, “pretos” e “pardos” como o próprio Machado de Assis.

Intelectuais e escritores como Machado de Assis, naquele período, sabiam que a Escravidão caminhava para o ocaso. Se o instituto legal do escravismo, bem ou mal estava prestes a ser destruído, a presença de negros e mestiços na população brasileira era uma realidade inescapável.<sup>41</sup> Em outras palavras, o binômio *senhor e escravo* lentamente ia cedendo lugar a outro binômio: *brancos e negros* embalados pelos discursos de fundo racistas e darwinistas que emanavam da Europa. Machado recusou solene e silenciosamente o discurso racialista e cientificista. Precisamente por isso, não se viu compelido a proferir qualquer formulação depreciativa aos negros, aos índios e aos mestiços. Ao recusar a retórica oitocentista do progresso (e da ciência), do nacionalismo (e de suas racializações), a obra literária de Machado de Assis divergia profundamente dos ideais dominantes em seu tempo.

---

40 CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

41 IBGE. Censo demográfico de 1872. Cf. <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=225477> Acesso: 08/02/2016.



**O ALMANACH LITTERARIO DE SÃO PAULO:  
ESPAÇO DE SOCIABILIDADE INTELECTUAL  
E CRÍTICA AO SISTEMA POLÍTICO IMPERIAL**

**The Almanach Litterary of São Paulo:  
sociability space of intellectual  
and system to critical political imperial**

**RUBENS ARANTES CORREA<sup>1</sup>**

**Resumo:** Entre 1876 e 1885, excetuando os anos de 1882 e 1883, veio a público na capital paulista o Almanach Litterario de São Paulo, por iniciativa de José Maria Lisboa, tipógrafo lusitano de origem. Inserido numa antiga tradição desse tipo de publicação, o caso do almanaque paulista teve como particularidade o fato de reunir ao longo de seus oito volumes publicados um grupo de intelectuais identificados com repertório de oposição ao sistema político imperial dominante. O tratamento conceitual que se pretende aplicar no contexto deste trabalho é o de sociabilidade intelectual desenvolvido por Jean-François Sirinelli, no âmbito da história dos intelectuais, combinado com o de repertório, elaborado por Charles Tilly, a partir da perspectiva da sociologia da cultura.

**Palavras-chave:** Almanaque. Intelectuais. Repertório. Crise do Império. República.

**Summary:** Between 1876 and 1885, except for the years 1881 and 1882 came the publication in the state capital, the Almanack Litterario of São Paulo, at the initiative of Jose Maria Lisboa, Lusitanian typesetter source. Housed in an old tradition of this type of publication, the case of São Paulo almanac had the particularity the fact gathering over his eight volumes published group of intellectuals identified with opposition repertoire of the dominant imperial political system. The conceptual treatment is to be applied in the context of this work is the intellectual sociability developed by Jean-François Sirinelli within the history of intellectuals, combined with the repertoire, prepared by Charles Tilly, from the perspective of the sociology of culture.

**Keywords:** Almanac. Intellectuals. Repertoire. Crisis of the empire. Republic.

---

<sup>1</sup> Doutor em História (UNESP campus de Franca). Professor do IFSP campus Birigui. Autor de *O Pensamento Político de Raul Pompeia* (Editora ExLibris, 2006), *Raul Pompeia – Coleção Pensamento Americano* (Ícone Editora, 2010) e *Intelectuais de São Paulo e a Crise do Império* (no prelo).



### A cultura do almanaque

Os almanaques são um gênero de publicação e leitura de longa historicidade remontando às mais antigas civilizações. Sua utilidade prática para as sociedades parece estar muito ligada ao registro do tempo por meio de calendários religiosos, agrícolas e astronômicos. Tem-se notícia, a título de exemplo, de que na Roma Antiga havia almanaques, enfeixando calendário oficial do Império convivendo, ao mesmo tempo, com almanaques rústicos, que continham preceitos para a vida agrícola. (PAIVA, 1875: p. 166).

Mas é na Europa medieval que a cultura do almanaque passa a ser praticada com maior regularidade e constância, introduzida, provavelmente pelas incursões árabes, de quem, por sinal, derivou o sentido filológico do termo: da combinação entre o artigo *al* e da palavra *manach*, tem-se, em português, o correspondente *o cálculo* ou *o cômputo*. Monges e frades católicos adotam a prática do almanaque registrando o cômputo de festas e fatos apropriados ao domínio religioso católico. (PAIVA, 1875:165-166).

No decorrer do tempo seu formato e conteúdo são expandidos com a incorporação de estampas, decorações, imagens e ilustrações, além de variações temáticas como, por exemplo, narrativas históricas e militares laudató-



rias das glórias de reinos e monarquias, ou até mesmo, catálogo de profecias, como foi o caso do almanaque de 1550, e que durou até 1567, elaborado por Miguel de Nostradamus, e que teve continuação a partir de 1636 por um certo *Almanach de Liège*, com os mesmos propósitos, sendo elaborado, dessa vez, por Matheus Laensberg. (PAIVA, 1875: 167)

No século XVIII, sob o impulso do capitalismo industrial gerando uma cultura urbano-editorial, surgem o *Almanaque de Gotha*, na Alemanha, referência de casas reais europeias; e o *Poor Richard's Almanac*, publicado por Benjamim Franklin, que contribuiu para a propagação da cultura puritana norte-americana alicerçada na ética da poupança e da economia. Data deste mesmo tempo o *Almanaque das Musas*, publicado em Portugal como paródia de um almanaque do mesmo porte publicado na França e que tinha como especial interesse a divulgação de textos de fundo literário. (REZENDE, 1982, s/p)

Le Goff (1996: 526-527) nos remete aos diversos momentos da história francesa vista por meio dos almanaques, como os casos do almanaque de “propaganda régia” dos tempos de Luís XIV; o almanaque como forma de “contestação” e “denúncia”, como o de 1653; o almanaque como expressão “da cultura e do gosto” do século das Luzes; o almanaque dos tempos revolucionários, celebrando “os símbolos e as alegorias” propagados pelo evento de 1789; até chegarmos ao almanaque dos tempos contemporâneos, expressão do utilitarismo dos meios de transportes percebido na publicação dos horários “das diligências, dos barcos a vapor, dos ônibus”.

De tal forma que os almanaques inseriram-se no universo cultural como espaços “de encontros privilegiados entre cultura erudita e cultura popular”, com público próprio de destinação de seu consumo e oferta particular de conteúdos:

Ilustrado com signos, figuras, imagens, o almanaque dirige-se aos analfabetos e a quem lê pouco. Reúne e oferece um saber para todos: astronômico, com os eclipses e as fases da Lua; religioso e social, com as festas e especialmente as festas dos santos que dão lugar aos aniversários no seio das famílias; científico e técnico, com conselhos sobre os trabalhos agrícolas, a medicina, a higiene; histórico, com as cronologias, os grandes personagens, os acontecimentos históricos ou anedóticos; utilitário, com a indicação das feiras, das chegadas e partidas dos correios; literário, com anedotas, fábulas, contos; e, finalmente, astrológico. (LE GOFF, 1996:527)

No Brasil a cultura do almanaque, tal como a imprensa de um modo geral, foi introduzida tardiamente. Sabe-se que no final do século XVIII, na conjuntura de crise do sistema colonial lusitano, teve circulação o *Almanaque Histórico do Rio de Janeiro* com publicidade para os anos de 1792, 1793 e 1799. Rompidos os laços coloniais e já sob o Reinado de Pedro II tem início a divulgação do *Almanaque Laemmert*, a partir do ano de 1844. Iniciativa dos irmãos Eduard e Heinrich Laemmert, proprietários de livraria e tipografia na capital do Império, o *Almanaque Laemmert* teve periodicidade até o ano de 1889 em quarenta e seis edições:

os volumes eram quase sempre voltados à propagação de informes administrativos, políticos, eclesiásticos, econômicos e comerciais, relacionando autoridades e personalidades, cargos, profissões, confrarias, artes, ofícios e até locais de moradia. (REZENDE, 1982: sem indicação de página).

No caso da Província de São Paulo a experiência pioneira de publicações de almanaques ficou a cargo de Marques e Irmão, organizadores do *Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o ano de 1857*, tendo continuidade para o ano de 1858. Esse almanaque foi impresso na Tipografia Imparcial, de propriedade de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, também proprietário à época do *Correio Paulistano*, um dos marcos da imprensa em São Paulo. (Rezende, 1982:s/p). Dessa mesma tipografia viria à publicação na década seguinte o *Memorial Paulistano para o ano de 1863*, tendo longo subtítulo: *contendo a folhinha, tabella de partidas e chegadas dos correios dos diversos pontos da Província, autoridades e funcionarios publicos da capital ....*

A expansão do café pelo interior da província de São Paulo traz consigo ares de modernidade para a região, como urbanização, ferrovias e estabelecimentos comerciais, entre outros aspectos, permitindo a formação de um público leitor ainda que muito tímido. Na esteira desse surto econômico pipocam algumas experiências no campo editorial, em geral, e da cultura do almanaque, em particular, tais como o *Almanaque de Campinas*, publicado em 1871 e que teve continuidade em 1872 com o *Almanaque de Campinas e Amparo*, e em 1873 com o *Almanaque de Campinas e Rio Claro*. Todas as edições desses almanaques tiveram por organizador José Maria Lisboa, tipó-





grafo de origem lusa que veio para o Brasil em 1856 e militou intensamente por mais de meio século na imprensa de São Paulo.

A cultura do almanaque acompanhou os processos de modernização material do país perceptivelmente nas regiões de maior dinâmica econômica, passando a refletir em suas mais diferentes edições elementos que apontam para novas formas de sociabilidade urbana. Avançando século XX adentro, o almanaque torna-se, também, uma importante fonte de pesquisa histórica, como parte relevante do desenvolvimento da história da imprensa no Brasil que ele próprio tão bem testemunhou:

Percebe-se assim que por essa diversidade de tipos, os almanaques tornam-se inventários minuciosos acerca dos pormenores da vida cotidiana de muitas cidades, além de abarcar ainda personagens mais específicos, com a nomeação de pessoas ilustres das localidades, que tiveram ligação não só com o financiamento do café e estradas de ferro, mas também acionistas de casas bancárias e ligados à produção intelectual da época. Pesquisar almanaques propicia ainda reconstruir o passado por meio de imagens presentes em muitos deles. (TRIZOTTI, 2008:310)

Trizotti (2010) em trabalho de síntese acerca dos almanaques como objeto de estudos por parte de historiadores ressalta o caráter recente no trato com tal fonte impressa, sobressaindo desse universo de pesquisas a de Margaret Brandini Park (1999), envolvendo as práticas de leituras em torno dos chamados “almanaques de farmácia”; a de Matheus H. de Faria Pereira (2006), em tese sobre almanaque publicado pela Editora Abril, publicado entre 1974 e 2005 e com grande recepção de público, na qual o autor procura desvendar as concepções de história presentes nas sucessivas edições; a de Ana Cláudia Gomes (2002), cuja dissertação de mestrado investiga inédito almanaque destinado ao público feminino que circulou entre 1871 e 1927.

### **José Maria Lisboa: o editor**

José Maria Lisboa, nascido em Lisboa em 18 de março de 1838, imigrou para o Brasil aos 18 anos, passando a radicar-se em São Paulo a partir de 1856. Em Portugal exerceu a profissão de tipógrafo e com essa experiência ao desembarcar na capital paulista logo passou a exercer as mesmas funções dentro da imprensa local, sendo admitido pela tipografia do jornal *Correio*

*Paulistano*, principal veículo de imprensa paulistana à época. Permanece nesse posto até 1859 quando, por razão de saúde, muda-se para o Rio de Janeiro, onde se emprega nas oficinas da Editora e Livraria Laemmert. (AMARAL, 2006:389).

Retorna a São Paulo e ao *Correio Paulistano*, mas passa a exercer outra função dentro do jornal. Concomitantemente a esse trabalho envolve-se na publicação do jornal *A Esperança*, folha de pequena duração (entre junho e novembro de 1862) que reuniu em seu corpo de colaboradores acadêmicos da Faculdade de Direito de São Paulo, dentre os quais Fagundes Varela, Cesário Alvim e Guimarães Júnior, que viriam a marcar seus nomes no cenário literário e político do país. Ainda por essa época publica uma obra reunindo artigos que haviam saído originalmente no *Correio Paulistano* sob a rubrica de diversos pseudônimos: trata-se de *Cousas e Lousas*, de 1866. (AMARAL, 2006:389)

Seu casamento, em 1864, com Ana Joaquina de Souza e Castro, irmã do ativista abolicionista Antônio Bento de Souza e Castro, líder dos caifazes, organização que agia na capital e no interior paulista promovendo a fuga de escravos das fazendas, permitiu-lhe alargar sua rede de relações sociais, fato que se consolidará a partir do instante em que assume a administração do jornal *A Gazeta de Campinas*, em 1869, aproximando-se do grupo de intelectuais ligados aos movimentos políticos da província paulista àquela época. A folha campineira, de propriedade de Joaquim Roberto, era dirigida pelo genro deste, o poeta e bacharel Francisco Quirino dos Santos. Permanecendo em Campinas por seis anos consecutivos, dinamizará suas atividades investindo sua atuação na publicação de almanaques.

De Campinas, José Maria Lisboa retorna a São Paulo em 1874, a convite de Américo Brasiliense, Américo de Campos (com quem já havia trabalhado quando este fora redator do *Correio Paulistano*) e Campos Salles (seu conhecido dos tempos da *Gazeta de Campinas*, em que fora colaborador) para assumir a administração do recém-fundado jornal *A Província de São Paulo*, vindo nesta folha a conviver com o núcleo central dos ativistas políticos republicanos, como João Tibiriçá Piratininga, colaborador contínuo com artigos de fundo científico, e Luís Pereira Barreto, médico e divulgador da filosofia positivista de Auguste Comte e Émile Littré, entre outros tantos.

O grande empreendimento editorial de José Maria Lisboa nesse momento foi sua iniciativa de organizar o *Almanach Litterario de São Paulo*. Entre



1876 e 1885, excetuando os anos de 1882 e 1883, o *Almanach* foi publicado ininterruptamente, constituindo-se num acontecimento importante na vida intelectual paulistana na medida em que reunia todo o grupo de intelectuais de São Paulo nesse mesmo contexto. O *Almanach* torna-se veículo de divulgação desse grupo, publicando artigos que tratam dos mais diversos temas – economia, ciência, educação, história, entre tantos outros – enfeixando uma intencionalidade clara e objetiva em termos de plataforma programática que o grupo, reunido por José Maria Lisboa, tinha em termos de intervenção política.

Ferreira (2006), analisando o *Almanach Literario de São Paulo* a partir de uma abordagem que recupera o quadro de autores, textos e temáticas visando situá-lo como fonte formativa da sociedade letrada paulista do final do século XIX, destaca a recepção do periódico na paisagem paulista:

Dado o largo período em que circulou pela maioria das cidades paulistas, o almanaque deixou mostras preciosas do mundo letrado da província, bem como das visões de mundo, dos usos, costumes, práticas e crenças correntes da população, nas cidades e fazendas. Se não há fontes sólidas para se aquilatar o alcance da recepção do periódico e a natureza do seu público leitor, pode-se, no entanto, mapear com relativa segurança qual o universo dos autores dos textos publicados. (FERREIRA, 2006:7)

Do mapeamento de autores publicados pelo *Almanach Litterario*, de acordo com Ferreira (2006:8), o quantitativo alcança cerca de duzentos autores, com predominância de colaboradores masculinos, provenientes de classes sociais abastadas, predominantemente dedicados às atividades profissionais liberais como a advocacia e a medicina, e residentes na capital paulista e em localidades do interior abrangidas pela cultura do café e pelos braços ferroviários.

Por fim, Ferreira (2006) chama a atenção para as mensagens publicitárias veiculadas pelas diversas edições do *Almanach Litterario de São Paulo*, reflexo, segundo o autor, do clima de otimismo e dinamismo vivido pela província paulista naquele contexto de expansão econômica em decorrência da cafeicultura:

Algumas vezes ilustrada por desenhos ou fotografias, a propaganda abrange os diversos setores produtivos e de serviços da capital e das

idades do interior: fábricas de tecidos, chapéus e calçados; fundição de serras, bombas, sinos, prensas e ventiladores; firmas importadoras de máquinas para a agricultura, pianos, fogões e máquinas de costura; rede de bancos e casas de câmbio; hotéis para a estada de fazendeiros e advogados; ateliês fotográficos e outros serviços modernos. Há também grande quantidade de anúncios de atividades farmacêuticas – laboratórios homeopáticos e drogarias; de remédios contra o reumatismo, as hemorroidas, a sífilis e a epilepsia; da abertura de consultórios médicos e dentários e de escritórios de advogados nas várias cidades da frente pioneira do café. A propaganda de artigos de consumo, por sua vez, revela os novos hábitos característicos daquele ambiente de prosperidade e dinamismo: fitas, chapéus, pentes, adornos, roupas feitas para homens e mulheres, linhas, agulhas e modelos para crochê conforme a última moda francesa, coletes para afinar a cintura das senhoras. O almanaque, além de dar publicidade a tais atividades, serviços e produtos, atua como veículo de civilização e de modernidade. (FERREIRA, 2006:13)

Menezes (2006:213) toma o *Almanach Litterario* como “campo de batalha” de visões de educação disputado por seus colaboradores, especialmente, entre os chamados adeptos do ideário científico, tão em voga à época, e os defensores do tradicionalismo representado pelo clericalismo católico, sobressaindo-se nesse caso, Estevam Leão Bourrol, colaborador frequente e representante do ultramontanismo católico e ferrenho adversário das ideias oriundas das teorias científicas.

Do outro lado da barricada, conforme Menezes (2006), encontravam-se os auto-proclamados republicanos e adeptos das “ideias liberais”, que desempenharam, na capital e no interior paulista, iniciativas no campo educacional seja na forma de fundação de escolas – como o Colégio Culto à Ciência, em Campinas – e da atuação no magistério, como Rangel Pestana e sua esposa, Damiana Rangel; João Kopke e seus métodos “modernos” na Escola da Neutralidade; ou como Américo Brasiliense, como autor de livro didático de História.

Para Menezes (2006) o projeto de “sociabilidade republicana” do grupo de colaboradores do *Almanach Litterario de São Paulo* era compartilhado pelo ideal do progresso via instrução escolar:

[...] desde meados da década de sessenta até o fim do Segundo Reinado, [muitos integrantes do grupo intelectual paulista e colaboradores



do *Almanach Litterario*], individualmente, em grupo ou através da criação de sociedades, uma série de escolas particulares, em variados níveis e abrangendo diferentes “clientelas”. Eram colégios técnicos de educação popular, cursos noturnos para trabalhadores – em que se verificou a presença, inclusive, de escravos e libertos – estabelecimentos de ensino primário e secundário para meninos e meninas, aulas avulsas, cursos preparatórios para os exames nas escolas superiores do Império e “centros educacionais” de excelência para os filhos e filhas dos extratos sociais emergentes da província, cujo maior ícone foi o Colégio *Culto à Ciência* de Campinas. (MENEZES, 2006:225)

### ***Almanach Litterario* como Repertório**

Toma-se aqui o *Almanach Litterario de São Paulo* como objeto de estudo na perspectiva da história dos intelectuais, tal como concebida por Jean-François Sirinelli, sobretudo, quando se trata do emprego da noção de sociabilidade intelectual. Por estruturas de sociabilidade entendem-se os mecanismos por meio dos quais se percebem as relações e os espaços compartilhados, revelando o “pequeno mundo estreito” dos intelectuais. Nesse sentido, constituiriam exemplos de fontes relevantes para o estudo das estruturas de sociabilidades intelectuais, de acordo com Sirinelli, as revistas e os manifestos (aos quais podemos acrescentar os jornais), de onde o historiador pode captar não só as posições, os debates, as polêmicas, as diferenças ideológicas tomadas pelos grupos intelectuais, como também perceber as relações de sociabilidade e afetividade, expressas nas amizades, fidelidades e influências. Os microclimas (revistas, jornais, manifestos) funcionam como espaços de “movimentos de ideias no sentido das posições tomadas, os debates suscitados e as cisões advindas”. (SIRINELLI, 1996:248-249)

No processo de elaboração de uma “arqueologia” das estruturas de sociabilidade dos grupos intelectuais é preciso levar em conta as variações ao longo do tempo dessas redes, tais como “salões”, academias, instituições escolares, associações e grêmios literários e culturais, em torno das quais vão se conformando as opções políticas e ideológicas dos intelectuais. O inventário das afetividades no mundo dos intelectuais também conta para uma investigação: “A atração e a amizade e, ao contrário, a hostilidade e a rivalidade, a ruptura, a briga e o rancor [constituem uma espécie de] fatores afetivos [para a construção de uma] patologia do intelectual”. (SIRINELLI, 1996:250)

A tarefa de reconstituição das redes de sociabilidade pode ser explorada ainda em fontes mais diversas, tais como as representações elaboradas pela sociedade em torno dos intelectuais, as polêmicas travadas por intelectuais de uma dada época que marcaram a “atmosfera intelectual” de um período histórico, as especulações e os boatos em torno da vida pessoal e profissional dos homens de letras, as características de “um microcosmo intelectual particular”, como, por exemplo, o estudo de organizações políticas ou estudantis.

Para o caso do *Almanach Litterario de São Paulo*, observa-se no decorrer de seu tempo de publicação o compartilhamento de experiências sociais e intelectuais entre seus colaboradores<sup>2</sup> mais frequentes, sobretudo, em termos de opções políticas. Do quadro de colaboradores toma-se conhecimento de que são originários dos mesmos microcosmos de formação intelectual e profissional, particularmente, dos bancos escolares da Academia Paulista de Direito, fundada em 1827, e responsável pela formação do modelo de homem público e intelectual brasileiro desde então; das experiências estudantis surgem o gosto compartilhado pela polêmica manifestada por meio de imprensa e grêmios acadêmicos tão combatíveis como prolíficos; do campo profissional trazem as experiências em carreiras jurídicas e dos empreendimentos na imprensa, principal veículo do intelectual brasileiro no contexto da segunda metade do século XIX.

Outro aspecto da estrutura de sociabilidade dos colaboradores do *Almanach Litterario* está relacionado aos espaços sociais de vivências, dentre os quais realçam as lojas maçônicas, irmandades onde seus membros trocam relações de interesses e fidelidades, exercício fundamental para o surgimento de afinidades e aproximações ideológicas e políticas, estruturando, dessa forma, para a conformação de ações coletivas.

---

2 Seleção dos colaboradores mais frequentes do *Almanach Litterario*: Américo de Campos (bacharel em Direito e jornalista de *O Cabrião*, *A Província de São Paulo* e *Diário Popular*); Américo Brasiliense (bacharel em Direito e militante do Partido Republicano); Antônio Francisco de Paula Souza (engenheiro e militante do Partido Republicano); Barão Homem de Mello (cartógrafo e autor de *Carta Física do Brasil*, de 1876); Campos Salles (bacharel em Direito e futuro presidente do Brasil); Francisco Quirino dos Santos (poeta, bacharel em Direito e jornalista da *Gazeta de Campinas*); Francisco Rangel Pestana (jornalista, bacharel em Direito e jornalista de *A Província de São Paulo*); Alberto Salles (bacharel em Direito, jornalista e teórico político); João Tibiriçá Piratininga (ativista do movimento republicano em São Paulo e autor de temas científicos); Luiz Pereira Barreto (médico formado na Bélgica e teórico político), entre outros.



Combinado com a noção de estruturas de sociabilidade emprega-se o conceito de “repertório de ideias”, desenvolvido pelo campo da sociologia em particular pelos trabalhos de Charles Tilly. Por repertório entende-se como sendo uma ferramenta através da qual os intelectuais lançam mão como estratégia de ação política. O repertório é construído historicamente com finalidades práticas de atuação e é “Composto de padrões analíticos; noções; argumentos; conceitos; teorias; esquemas explicativos; formas estilísticas; figuras de linguagem; metáforas”. (SWINDLER, 1986 apud ALONSO 2002:39).

Assim sendo, o repertório intelectual não tem compromissos com coerência em relação a linhas ideológicas ou correntes filosóficas, visto que sua construção corresponde a um conjunto “deliberado de escolha” para fazer frente às urgências impostas pelas batalhas políticas. Dessa forma, Tilly compreende repertórios como:

Criações aprendidas, mas [que] não descendem de uma filosofia abstrata ou ganham forma como resultado de propaganda política; eles emergem da luta [...] e designam [...] um conjunto limitado de esquemas que são aprendidos, compartilhados e postos em prática através de um processo relativamente deliberado de escolhas. (TILLY, 1993:264 apud ALONSO, 2002:39)

Nesse sentido, o repertório de ideias veiculado pelo *Almanach Litterario de São Paulo* se inscreve num contexto histórico específico, qual seja, o de crise do sistema político monárquico, razão pela qual seu discurso estava ancorado em argumentos, conceitos e teorias intencionalmente de confronto com a plataforma ideológica que sustentava o regime hegemônico. Os intelectuais que escrevem para o *Almanach* estão elaborando um discurso de embate visando atingir, através de noções como ciência, república, trabalho, educação, dentre outras, grupos sociais que se consideravam à margem do sistema político dominante.

Esse é o aporte teórico-metodológico com que se trabalha o *Almanach Litterario de São Paulo*: como espaço de convivibilidade intelectual e compartilhamento de experiências e ideais num contexto de crise do Império. Os oito volumes do *Almanach* publicados entre 1876 e 1885 reúnem grupo de intelectuais paulistas comprometidos com um projeto político de oposição ao regime. Esse grupo busca nos “esquemas explicativos” da época – positi-

vismo, república, abolicionismo, cientificismo, entre outros - elementos que pudessem embasar suas escolhas e opções políticas.

### **Um livro essencialmente paulista**

O primeiro volume da série de oito veio à luz em 1876 com o nome *Almanach Litterario Paulista*, sendo que nesse mesmo volume José Maria Lisboa dividiu a tarefa da edição com Abílio Marques (ligado a família de empreendedores nos ramos da tipografia e imprensa) e J. Taques. Nos demais volumes a tarefa de editor fica exclusivamente a cargo de José Maria Lisboa, já experiente no ramo de publicar almanaques, como vimos anteriormente, e ligado à mesma época ao jornal *A Província de São Paulo*, onde exercia a função de administrador.

Os objetivos do *Almanach* manifestados em todos os prólogos da série são: o de fazer um livro “escrito simplesmente por paulistas e sobre assumptos da província”, tal como enfatizado na edição de estreia em 1876; escrever “um livrinho interessante e essencialmente paulista” (1877); trazendo a público “cousas desta bela província” e visando tornar-se “uma modesta galeria das glórias passadas e presentes da província de S. Paulo” (1878); ou, então, contribuir com a publicação de “fontes importantes não só para o estudo da história da Província, como traços acentuados de sua pujança em todos os sentidos” (1885).

Para alcançar tais intentos, José Maria Lisboa reúne corpo de colaboradores relativamente frequentes em praticamente todas as edições do *Almanach*, escrevendo sobre os mais diversos assuntos, ao lado de seções relativamente permanentes, como seção literária com especial destaque para o gênero poético, para a qual concorrem contribuições de Francisco Quirino dos Santos, bacharel em Direito, diretor do jornal *Gazeta de Campinas* e autor de *Estrelas Errantes*, volume de poesias publicadas em 1863; Lúcio de Mendonça, bacharel em Direito e que no futuro viria a ser um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras em 1897; além de Wenceslau de Queiroz e Vicente de Carvalho, dentre os poetas publicados mais conhecidos.

Havia ainda uma seção de assuntos religiosos tratando de esboços biográficos de religiosos católicos, além de perfis arquitetônicos e históricos de mosteiros e igrejas, em geral a cargo de Estevam Leão Bourroul, francês da cidade de Nice e advogado católico então residente em São Paulo; seção





permanente contendo calendários trazendo aspectos astronômicos, religiosos e civis, além de horários de linhas de trem ligando a capital ao interior da província e de carros de aluguel que circulavam pela São Paulo daquele final do século XIX.

Outra seção permanente no *Almanach* era a que dava destaque ao vocabulário e costumes dos caipiras de São Paulo, em geral recolhidos por Brasílio Augusto Machado de Oliveira, bacharel em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, advogado na região de Piracicaba; e aos vultos históricos paulistas como Amador Bueno da Ribeira, Diogo Antônio Feijó, além de referências a personalidades e vocábulos indígenas que tiveram influência na constituição do paulista.

Para as colaborações destinadas à manifestação de crítica social e política não havia um campo específico de seção. Encontram-se dispersas pelo volume e de um modo geral seu espaço era coberto por contribuições de um grupo de intelectuais ligados a outras publicações, entre elas *A Província de São Paulo*, *Cabrião*, *Gazeta de Campinas* e *Diário Popular*, além de folhas acadêmicas. O perfil acadêmico e profissional desses intelectuais era o de bacharéis em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco e doutores em Medicina e Ciências, inclusive com formação obtida no exterior. Profissionalmente estão ligados ao exercício das profissões jurídicas (advocacia, magistratura, promotoria), instituições de ensino secundário e superior.

Para efeitos de análise do repertório produzido pelo grupo de intelectuais vinculados à sociabilidade republicana e destinado à publicação pelo *Almanach Litterario de São Paulo* destacam-se três tópicos: os procedimentos técnico-científicos relacionados com o espírito empreendedor, as iniciativas no campo educacional e a crítica ao sistema político do Império.

### **Desenvolvimento técnico e espírito de empreendimento**

Na edição de 1876, Antônio Francisco Paula Souza, engenheiro formado na Suíça e na Alemanha, publica o artigo “Esboço rápido de algumas de nossas indústrias comparadas às dos Estados Unidos”. Para o autor o emprego de máquinas na produção era fator não só de prosperidade econômica como também de desenvolvimento de um “espírito industrial nos indivíduos” tornando-os empreendedores, com maior iniciativa e menos dependentes do Estado. Toma como ponto de partida para a construção de seu

argumento sua própria experiência vivida nos Estados Unidos para constatar que havia entre os brasileiros “pouco desenvolvimento do espírito industrial e comercial”. Espírito este que, na visão de Paula Souza (1876:49-51), estava abundantemente presente entre os “americanos do norte”, permitindo, desse modo, que os Estados Unidos tivessem grandes extensões de estradas de ferro, favorecendo o deslocamento de pessoas e, principalmente, de mercadorias agrícolas.

O “espírito industrial e comercial”, associado ao “principio econômico da divisão do trabalho” e aos “mecanismos aperfeiçoados” permitiam ainda, segundo Paula Souza, o desenvolvimento de “engenhosos mecanismos” aplicados a técnicas de seleção de sementes, na utilização de máquinas em todas as etapas do processo produtivo agrícola, no processo de estocagem da produção por meio da criação de bancos, ancorados por um consistente sistema de comunicação e de transação comercial-bancário.

Toda a descrição de Paula Souza ganha maior intensidade quando ele, a partir dessa experiência norte-americana, passa a compará-la com o que ocorria no Brasil à época. Aí se percebe que os elogios à eficiência do sistema produtivo norte-americano visavam dar substância à crítica ao sistema político monárquico. Para o engenheiro Paula Souza, a ausência do “espírito industrial e comercial” entre os brasileiros era fruto de excessivo processo de centralização imposto pela monarquia, impedindo, assim, a tomada de iniciativa dos indivíduos. A “centralização esmagadora” sobre os indivíduos e os municípios provocava a “atrofia”, comprometendo o destino do país rumo ao progresso. E concluía:

Uma população, como a nossa habituada a ser tutelada constantemente e em tudo, não pode avançar muito na senda do progresso. [...] estamos habituados à tutela e ao despotismo o mais imoral possível. Quantas vezes não se estão vendo decretos e avisos revogarem leis feitas pelos poderes competentes sem que a mínima indignação do país, sem que o menor rubor suba às faces dos brasileiros? (PAULA SOUZA, 1876:57).

Paula Souza volta a escrever sobre empreendimentos agrícolas na edição de 1878, em artigo intitulado “John Deere”. Deere fora o fundador de uma fábrica de instrumentos agrícolas na cidade de Moline, estado de Illinois, nos Estados Unidos. O objetivo de Paula Souza com o artigo é realçar o perfil empreendedor do homem norte-americano encarnado na figura de John



Deere, exaltando suas qualidades práticas e sua dedicação ao trabalho e ao estudo. O eixo central de sua narrativa é o de atribuir à educação escolar o pilar de sustentação do progresso econômico e moral dos norte-americanos e arremata sua argumentação afirmando que é na escola “que reside o principal segredo da grandeza daquele povo, e do êxito feliz dos empreendimentos daqueles homens: é nessa instrução larga, derramada com abundância, com verdadeira prodigalidade, por toda a parte, sem entraves administrativos”. (PAULA SOUZA, 1876:70).

E se pergunta sobre as razões pelas quais no Brasil o destino não correu para a efetivação de semelhantes desígnios, chegando à conclusão de que fatores condicionados ao regime monárquico constituíam entrave insuperável para o país atingir o mesmo patamar de desenvolvimento que o alcançado pelos Estados Unidos:

Um país escravo não é digno do progresso, enquanto o povo não for senhor soberano de seus destinos, enquanto ele for súbdito, rebanho ou propriedade de alguém, chame-se este governo constitucional, rei ou imperador; quaisquer que sejam os esforços destes, por maiores que sejam os gastos de dinheiros públicos para esse fim, mesmo o entusiasmo aparente que manifestem os imperadores ou senhores em prol da instrução, ele não será instruído e portanto não progredirá. (PAULA SOUZA, 1878:70)

Observa-se que a crítica ao sistema político monárquico parte de questões essencialmente práticas e não de abstrações filosóficas. Ao realçarem a importância da técnica e da ciência aplicadas ao processo produtivo agrícola ou ao exaltarem a escola como fator de desenvolvimento de uma nova consciência moral, os intelectuais colaboradores do *Almanach Litterario* de São Paulo estão dando suporte para um repertório essencialmente prático de ação política em defesa de um novo projeto político de país.

### **A educação como agente civilizatório**

Na mesma edição de 1876 outra vertente do repertório do grupo de intelectuais paulistas em torno do *Almanach* se faz presente. Manoel Ferraz de Campos Salles, futuro presidente da República, escreve “Culto À Ciência”, artigo no qual defende a escola como fundamento na formação de “cidadãos

uteis à pátria”, afirmando que “a instrução é um meio, o fim é a liberdade”. (1876:177-181)

O Colégio Culto à Ciência foi fundado em Campinas em 1869, por iniciativa de um grupo de empreendedores sob a direção de Antônio Pompeu de Camargo, fazendeiro de café e investidor da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. É essa iniciativa que serve de mote para Campos Salles fazer sua defesa incondicional da “causa da instrução”. Destaca a relevância que a questão da “instrução popular” adquiriu nos Estados Unidos e acentua os frutos colhidos desse enorme esforço na forma de progresso material e de constituição moral dos cidadãos:

Os cidadãos daquele maravilhoso país, cujo extraordinário progresso em todos os ramos da atividade humana enche de justa admiração o mundo civilizado, quando querem para si um título de nobreza perdurável e capaz de perpetuar o seu nome na memória das gerações futuras, em vez dos brasões de uma fidalguia ridícula e absurda, têm o bom senso de procurar antes gravá-lo na fachada de um templo, que possa recolher o povo para ensiná-lo a meditar e a raciocinar. (CAMPOS SALLES, 1876:179)

E conclui lamentando que no Brasil tanto iniciativas oficiais por parte dos agentes do Estado, como por parte de particulares, sejam tímidas e esparsas, e exalta a criação do Culto à Ciência como um marco na província de São Paulo, preenchendo uma lacuna resultado da “inação governamental” no campo da educação.

Educação foi, também, um dos componentes do repertório de dois outros colaboradores do *Almanach*: Francisco Rangel Pestana e Américo Brasiliense de Almeida Mello, bacharéis pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e objeto de esboços biográficos na edição de 1877. Rangel Pestana (1877:67) embora tenha se tornado mais conhecido pelo seu trabalho na imprensa, sobretudo, em *A Província de São Paulo*, de que foi redator desde 1875, teve reconhecida atuação no campo da educação<sup>3</sup>. No Rio de Janeiro foi criador da chamada Escola do Povo, fundada sob a crença de que “a emancipação do homem” se fazia por meio da “educação e instrução”.

---

3 Rangel Pestana foi objeto de pesquisa de doutorado na área de educação: Maria Lúcia Spedo Hilsdorf: *Francisco Rangel Pestana: jornalista, político, educador*. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1986.



Em Campinas foi professor do Colégio Internacional fundado, em 1874, pelo pastor norte-americano Nash Morton, onde lecionou as cadeiras de retórica e língua nacional e, em São Paulo, Pestana ao lado de sua esposa Damiana, vai fundar o Colégio Pestana, destinado à educação de meninas, colocando em prática teses que defendia quando de sua passagem pela redação do jornal acadêmico *O Lyrio*, no qual se debatia por meio de artigos pela defesa da educação e emancipação feminina.

Américo Brasiliense, por sua vez, desenvolveu atividade educacional como professor do Colégio Caldeira, em Campinas, cujo proprietário havia-o convidado para ministrar aulas na cadeira de História Pátria. Dessa experiência resultou a publicação do livro *Lições de História Pátria*, cuja edição ficou a cargo do próprio José Maria Lisboa. Lecionou, ainda, a mesma cadeira no Colégio Pestana, em São Paulo.

Na edição de 1879 a questão da educação pública volta a ser tratada, desta vez por meio de Alberto Salles, ativo militante da causa republicana em São Paulo ao longo da década de 1880. Escreve Alberto Salles o artigo “A instrução publica nos Estados-Unidos e no Brasil”, no qual como o título já anuncia estabelece uma comparação entre o sistema escolar norte-americano e o brasileiro. Apresenta argumentação fundamentada na tese de que a força dos Estados Unidos reside no fato de que este país ofereceu condições para iniciativas oficiais e particulares no campo da instrução pública:

Quando assim se dispõe uma nação a fazer os maiores sacrifícios em favor da instrução pública, é porque, certamente, sabe devidamente avaliar a importância da escola, não somente como meio civilizador, mas também como instrumento indispensável aos governos democráticos e amparo seguro das liberdades conquistadas. (ALBERTO SALLES, 1879:161)

Alberto Salles apresenta quadros estatísticos contendo números relativos à distribuição de população e frequência escolar, escolas e quadro de professores, além de despesa orçamentária relativa ao investimento em educação, tanto nos estados norte-americanos como nas províncias brasileiras, para concluir que o peso do passado histórico foi determinante para que Estados Unidos e Brasil tivessem chegado a situações educacionais tão distintas:

E’ que a nação americana visa a liberdade desde o berço, enquanto que pesavam em nossos pulsos as algemas do absolutismo português; é

que a América sentiu logo a consciência de sua personalidade, ao passo que o Brasil foi sempre tratado como escravo. (ALBERTO SALLES, 1879:169)

### **A ideia democrática**

Se por um lado a crítica presente no repertório intelectual de oposição ao regime aponta o descompasso entre os símbolos do que era tido como moderno – máquinas, pesquisa científica, educação escolar etc. – e a realidade prática vivida pelo país naquela conjuntura, por outro lado, estará disposta, ainda, nos aspectos internos do próprio sistema político do Império. É o caso do artigo “A política da monarquia”, de Campos Salles, publicado na edição do *Almanach* para o ano de 1880.

Nesse artigo o então advogado Campos Salles (1880:15) contesta o que chama de “sofisma dos adeptos da monarquia”. Para Campos Salles (1880:15-16), os adeptos da monarquia para combater os argumentos dos partidários “da ideia democrática”, lançam mão de “falsos princípios”, tais como: o povo brasileiro não estaria “apto para o gozo da liberdade”, visto que não teria alcançado o “nível intelectual que garante a compreensão dos direitos e deveres peculiares a cada cidadão na comunhão social”; ou que o despotismo da “tutela governamental” fazia-se necessário, visto que o povo era “indigno dos benefícios da emancipação política”, dada sua propensão à “corrupção dos costumes, a fraqueza do caráter e a sua ausência da dignidade pessoal”.

Argumenta Campos Salles (1880:16-17) que o estágio em que se encontrava o regime monárquico era caracterizado por “engenhosa estrutura”, que imobilizava e oprimia a sociedade, impedindo, entre outros aspectos, a realização de reformas que se faziam urgentes, como a reforma do judiciário e do sistema eleitoral. Para Campos Salles, ao postergar e dificultar tais reformas, o sistema monárquico estava deixando claro sua “própria natureza” na medida em que as leis votadas e aprovadas pelos membros do Parlamento do Império não representavam a vontade popular e sim da “chancelaria imperial”.

E conclui o artigo afirmando que a artificialidade do sistema eleitoral imperial era a maior “fonte dos abusos” do regime e que tal manutenção tornava corruptas as “instituições” políticas existentes. A corrupção e a ignorância não estavam no corpo social, mas no próprio sistema político imperial:



Se os governados são os corrompidos e os ignorantes, e se a pureza dos costumes, o patriotismo e a sabedoria tornaram-se nesta infeliz terra o apanágio exclusivo dos governantes, destruí de uma vez para sempre o burlesco artefato do sistema representativo e deixai que o rei governe comodamente, só com os seus validos. (CAMPOS SALLES, 1880:18).

Campos Salles revelou-se um colaborador ativo do *Almanach* e crítico radical do sistema monárquico, condenando a centralização e defendendo a autonomia do indivíduo e dos poderes locais. Na edição de 1879, cita o exemplo da cidade de Campinas como modelo de iniciativa de espírito empreendedor do paulista, para mostrar o quão pernicioso era o comportamento centralizador do Império, responsável em seu ponto de vista pelo consumo da “vitalidade nacional”:

A energia do cidadão, que é o característico da sua personalidade, deixa de intervir como um valioso agente de propulsão no mecanismo do Estado, porque o sistema adotado atrofia e mata as extremidades, supondo que atrai para o centro o vigor e a força. (CAMPOS SALLES, 1879:11-12)

Manejando um liberalismo rudimentar associado a noções organicistas de funções das partes em relação ao todo, afirma Campos Salles que no Brasil, sob o regime monárquico, as ações envolvendo os “elementos da vida” são invertidas na medida em que não são distribuídas a partir do indivíduo para as instâncias político-administrativas, mas, ao contrário, da instância central para o indivíduo, fator determinante para, segundo sua análise, a falta de organização do corpo social.

A centralização aniquila as “vontades individuais”, diz Campos Salles, tornando sem função os demais entes administrativos – municípios e províncias – além de se revelar um obstáculo ao desenvolvimento do país, pois não oferece “estímulos nem recursos” para a abertura de empreendimentos. A despeito desse quadro, Campos Salles aponta os paulistas como o tipo exemplar de comportamento “para vencer a centralização” imposta pelas instituições do Império, e vaticina que “pela educação e pelo trabalho chegasse à liberdade”.

## Considerações finais

A publicação do *Almanach Litterario de São Paulo* teve sua regularidade interrompida nos anos de 1882 e 1883 por razões desconhecidas. Retomou sua periodicidade em 1884, para ter sua última edição em 1885. Nesta última fase a publicação manteve seu formato original sem, entretanto, trazer artigos de maior combate político. Destaca-se, nesta última fase do *Almanach*, o esboço biográfico de Luís Pereira Barreto publicado na edição de 1884, escrito por Azevedo Sampaio. Estudioso do positivismo via Littré, com quem chegou a trocar missivas, Pereira Barreto constituiu-se em colaborador permanente da imprensa paulista, veículo que lhe serviu de espaço para debater e polemizar acerca de seus posicionamentos filosóficos.

Constituiu-se para o contexto paulista do final do século XIX importante canal de compartilhamento de intelectuais e de produção de um discurso antimonárquico. Sua periodicidade relativamente longa se explica pela busca de prestígio de uma elite intelectual marginalizada pelo sistema político imperial. Ancorada em plataforma de ideias e de interesses que vinha ao encontro dos setores agrários emergentes na província paulista, o grupo de intelectuais que gravitou em torno do *Almanach Litterario de São Paulo* soube construir repertório de confronto articulado à ação política que se mostrou, ao fim e ao cabo, eficiente no combate ao regime monárquico, como se pode verificar com os acontecimentos de 15 de novembro de 1889.

Representou, dessa forma, o *Almanach Litterario de São Paulo* página importante na história da imprensa paulista, não só como veículo de discurso político, mas também como espaço de sociabilidade intelectual em um contexto ainda de precariedade da vida pública dos homens de letras.

## Bibliografia:

- AMARAL, Antônio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo*. São Paulo, Imprensa Oficial, 2006
- BRANDINI, Margareth. "Leituras de almanaques: o Cordãozinho e o Jeca" In: *Educação & Sociedade*, n. 54, abril-1996, pp. 161-171.
- FERREIRA, Antonio Celso. "Para ler nos caminhos de ferro: o *Almanach Litterario de São Paulo* (1876-1885)". *Patrimônio e Memória*. UNESP, FCLAs, CEDAP, vol. 2, n.1, 2006, pp. 3-16.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- MENEZES, Roni Cleber Dias de. *O grupo do Almanaque Literário em São Paulo: paradigmas da sociabilidade republicana nos tempos de propaganda (1876-1885)*. São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.





- PAIVA, Francisco Mendes. História do Almanach. In: LISBOA, José Maria (ed.). *O Almanaque Literário de São Paulo para o Ano de 1876 – 1º. Ano*. São Paulo: Tipografia da Província de São Paulo, 1875, pp. 165-167.
- PARK, Margareth Brandini. *Histórias e Leituras de Almanques no Brasil*. São Paulo, Mercado de Letras/Fapesp, 1999.
- LISBOA, José Maria (org.) *O Almanaque Litterario de São Paulo*. São Paulo: Tipografia de “A Província”, Edições para os anos 1876 a 1881, 1884 e 1885. (Edição fac-símile pela Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo e pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em 1982).
- PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *A Máquina da Memória - História, Evento e Tempo Presente no Almanaque Abril (1975-2006)*. Belo Horizonte, 2006. Tese (Doutorado em História)-UFMG.
- REZENDE, Carlos Penteado de. Notícia Prévia. In: LISBOA, José Maria (ed.). *O Almanaque Literário de São Paulo para o Ano de 1876 – 1º. Ano*. São Paulo: Tipografia da Província de São Paulo, 1875 (texto introdutório à reedição da obra em 1982)
- TRIZOTTI, Patrícia Trindade. “Almanaques: história, contribuições e esquecimento”. In: *Dialogus*. Ribeirão Preto, v. 4, n.1. 2008, pp. 307-314.



Dona Leopoldina,  
em gravura de Manoel Antonio de Castro (1825)



**TRASLADO DOS REMANESCENTES HUMANOS  
DA IMPERATRIZ  
D. MARIA LEOPOLDINA DE HABSBURGO-LORENA  
PARA SÃO PAULO**

**Translation of the human remains  
of Empress Maria Leopoldina of Habsburg-Lorraine  
to São Paulo**

**VALDIRENE DO CARMO AMBIEL**  
*(sócia titular do IHGSP)*

**Resumo:** Os remanescentes humanos da arquiduquesa da Áustria e primeira imperatriz do Brasil D. Maria Leopoldina de Habsburgo-Lorena, primeira esposa de D. Pedro I, e primeira mulher a governar o Brasil como Estado Independente, chegaram à Capela, Panteão ou Cripta Imperial do Ipiranga, no Monumento à Independência, em São Paulo em 12 de outubro de 1954, como parte dos festejos de Quarto Centenário da cidade de São Paulo, graças aos esforços de membros do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo. É o trabalho desses homens que pretendemos mostrar neste artigo.

**Palavras-chave:** D. Leopoldina; Monumento; Ipiranga.

**Abstract:** The human remains of the archduchess of Austria and the first Empress of Brazil, Maria Leopoldina of Habsburg-Lorraine, the first wife of Dom Pedro I, and the first woman to rule Brazil as an Independent State, arrived at the Chapel, Pantheon or Imperial Crypt of Ipiranga, at the Independence Monument, in São Paulo on October 12, 1954, as part of the celebration of the Fourth Centenary of the city of São Paulo, thanks to the efforts of members of the Historical Geographical Institute of São Paulo. It is the work of these men that we intend to show in this article.

**Keywords:** D. Leopoldina; Monument; Ipiranga.

### **Introdução**

O ano de 2017 marca no dia 13 de maio os 200 anos do casamento entre a arquiduquesa da Áustria D. Maria Leopoldina e D. Pedro, herdeiro do Trono de Portugal, Brasil e Algarve. E em 5 de novembro é comemorado o

bicentenário da chegada de D. Leopoldina ao Brasil, Rio de Janeiro, uma vez que na época casamentos reais eram realizados por procuração.

Em virtude disso, optamos por mostrar neste artigo um pouco do que foi o traslado dos remanescentes humanos ou restos mortais da Imperatriz para São Paulo, em 1954, assunto interessante e pouco abordado.

A Imperatriz D. Maria Leopoldina de Habsburgo-Lorena, primeira Imperatriz do Brasil, é a única monarca brasileira sepultada em território nacional, pois faleceu no Rio de Janeiro em 11 de dezembro de 1826.

Seus remanescentes humanos ocuparam o espaço que fora destinado à Rainha D. Maria I de Portugal, falecida em 1816. Com o retorno da Família Real Portuguesa para Lisboa em 1821, D. João VI levou consigo os restos mortais da mãe, deixando vago o sepulcro, no Convento da Ajuda, Rio de Janeiro.

Sempre foi um sonho de São Paulo abrigar os despojos de D. Pedro I e D. Leopoldina, responsáveis pela Independência do Brasil.

Por ocasião dos 400 anos da cidade de São Paulo, o Instituto Histórico Geográfico de São Paulo, junto com a Prefeitura de São Paulo, fez todo o esforço possível para trazer o corpo da Imperatriz do Rio de Janeiro para São Paulo.

Neste artigo procuraremos mostrar um pouco do que foi este traslado.

## **O Traslado**

Em 1911, já no período republicano, o Convento da Ajuda foi demolido para a construção da Cinelândia. Os restos mortais de Dona Leopoldina, de seus filhos João Carlos e Paula Mariana, e de um filho da Princesa Isabel, foram trasladados para o Convento de Santo Antônio, no Largo da Carioca, no Rio de Janeiro. Segundo informações obtidas no Convento, não havia uma carneira em que coubesse o caixão de Dona Leopoldina, de modo que este ficou em um dos corredores, no lado interno do cemitério, até 1934, quando foi feito um mausoléu, com a ajuda do Governo Federal. Em 1954, os restos mortais da Imperatriz foram trasladados para o Monumento à Independência, na cidade de São Paulo.

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, órgão responsável pelo traslado, e a Prefeitura do Município de São Paulo abriram os caixões de Dona Leopoldina.



Na análise feita, relataram que o primeiro caixão era de pinho português. O segundo era de chumbo, com uma placa com o brasão Imperial e uma caveira com duas tíbias cruzadas, simbolizando a morte, ambas as peças aparentando ser de prata. Abaixo dessas placas havia também as seguintes inscrições em latim:

**D.O.M.**  
**H.C.**  
**D.D.**  
**Maria Leopoldina**  
**Austriae Archiductrix**  
**Et**  
**Brasiliae Imperatrix**  
**Francisci Primi Imperatoris Austriae**  
**Carolotaeque Augustae**  
**Filia**  
**Petri Primi Imperatoris**  
**AC**  
**Perpetui Brasiliae Defensoris**  
**Uxor**  
**Omnium Virtutum**  
**Exemplum**  
**Post Se Relinquens**  
**Maximo Populorum Planctu**  
**(In alternum lacrymandum Factum!)**  
**Obiit**  
**Flumine Januário**  
**III ID. Decembris**  
**A.D. MDCCCXXVI**  
**Aetatis**  
**XXIX**

(MAGALHÃES, Revista do IHGSP, 1959, p. 260-261)

“D.O.M.” é a abreviatura de “Deo Optimo Maximo”, fórmula dedicatória clássica que pode ser traduzida livremente como “a Deus excelente e

todo-poderoso”. Vêm depois as inscrições de títulos de nobreza de Dona Leopoldina, seu nome, o nome de seu pai (Francisco Primeiro da Áustria), e é registrada sua condição de esposa de Pedro Primeiro, Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil. A Imperatriz é a seguir apresentada como exemplo de todas as virtudes, deixando para trás um povo mergulhado em tristezas. Data da morte e idade: 11/12/1826, 29 anos, ambos em algarismos romanos. (Ibid)

Encontramos no mesmo artigo de MAGALHÃES referências com relação à parte do material associado, que foi feita por Everaldo Seixas Martinelli. O que podemos notar é que após a abertura do caixão de chumbo, havia outro de cedro, onde estava o corpo de Dona Leopoldina. Foi notada a presença de um manto branco sobre o corpo, deixando visíveis os sapatos. Havia a presença de um chapéu que ainda estava com restos de penacho imperial na cor verde, ao lado, notou-se a presença de um pequeno ornamento dourado, que a equipe acreditou ser o travesseiro. Foi verificada a presença em grande quantidade de uma substância que, segundo a descrição, tratava-se de uma massa branco-amarelada, que se dividiu em pequenos pedaços; a impressão da equipe era que se tratava de cal. Essa mesma substância foi encontrada em uma divisão de madeira no sentido vertical do caixão, próximo aos pés. Um cetim branco amarelado envolvia lateralmente ambos os sapatos e também havia um tecido espesso de cor escura, que eles acreditaram ser o manto imperial.

Foram realizadas cerimônias religiosas, e então, o caixão de madeira foi fechado, em seguida o de chumbo; este último foi soldado, já que a chave foi perdida pelo tempo; logo depois o caixão foi içado para o sarcófago de granito, na Cripta Imperial do Monumento à Independência (Revista IHGSP, 1959).

Porém, a história do traslado da Imperatriz para o Monumento à Independência, em São Paulo, feita pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo não foi tão simples.

Da mesma forma que nós tivemos que proceder para a realização de nossas pesquisas hoje, o Instituto teve que pedir permissões das autoridades dos Governos Federal, Estadual e Municipal, inclusive do Rio de Janeiro. Como os remanescentes humanos da Imperatriz estavam sob a guarda da Igreja Católica, no Convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro, desde 1911, a permissão de autoridades eclesiásticas também se fez necessária.



O Instituto não encontrou problemas com as autoridades governamentais e nem com a Família Imperial. Tanto o Príncipe Dom Pedro Henrique, Chefe da Casa Imperial do Brasil, quanto seu primo, Príncipe Dom Pedro Gastão, exigiram que o local fosse consagrado e que fosse feita uma capela para a realização de missas, como mostram as cartas dos príncipes anexadas ao artigo citado.

O pedido de que as missas fossem realizadas ao menos uma vez por ano não é mais respeitado há décadas e não existe mais nenhum crucifixo na Cripta. O Príncipe Dom Pedro Henrique (1909-1981) é pai dos príncipes Dom Luiz, atual Chefe da Casa Imperial do Brasil, e Dom Bertrand de Orleans e Bragança, atual Príncipe Imperial do Brasil; o Príncipe Dom Pedro Gastão (1913-2007) é pai do Príncipe Dom Pedro Carlos de Orleans e Bragança. A Família Imperial não fez objeções aos trabalhos do IHGSP, da mesma forma que seus descendentes Dom Luiz, Dom Bertrand e Dom Pedro Carlos não fizeram objeções ao nosso trabalho. Muito pelo contrário, assim que souberam de nossas intenções, sempre nos apoiaram e manifestaram interesse pela pesquisa.

Porém, em 1954, o IHGSP encontrou muita resistência da Igreja, que não aprovava o traslado da Imperatriz de um recinto sagrado para um local laico. Tivemos acesso aos documentos que estão nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

No dia 8 de outubro de 1954, o Doutor Dácio Pires Correia, Diretor do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, enviou uma carta a Frei Ludovico Gomes Castro, responsável pela Ordem religiosa responsável pela guarda dos remanescentes humanos da Imperatriz D. Leopoldina. O problema é que o Dr. Dácio havia mandado o representante do IHGSP, Doutor Everaldo Seixas Martinelli, para encontrar Frei Heliodoro Mueller, Ministro Provincial da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, para obter do religioso a autorização do traslado do corpo da Imperatriz para São Paulo. Segundo o documento anexado ao nosso trabalho, gentilmente cedido pelo IHGSP, a informação que o Instituto teve foi de que Frei Heliodoro estaria na cidade de Palmas, no Estado do Paraná. O Governo Federal autorizou que um avião da Força Aérea Brasileira auxiliasse o Instituto nesse trabalho. Porém, quando o Doutor Martinelli chegou a Palmas, foi informado que o religioso não estava mais na cidade e que havia ido para Xapecó, em Santa Catarina. Em Xapecó, disseram que teria ido para

Erechim, no Rio Grande do Sul. Entretanto, Frei Heliodoro também não foi encontrado nessa cidade. Diante desses problemas, o Doutor Dácio resolveu escrever esta carta para o Frei Ludovico Gomes de Castro para que este autorizasse o traslado.

Em 9 de outubro, o Arcebispo do Rio de Janeiro, Cardeal Dom Jaime Câmara, enviou uma declaração autorizando o traslado. Contudo, o religioso não escondeu seu descontentamento com relação ao ato.

Os despojos da Imperatriz seguiram de trem para São Paulo, aonde chegou no dia 12 de outubro de 1954. Foram recebidos com honras pelas autoridades governamentais e pelo Príncipe Dom Pedro Gastão, que também representou seu primo Dom Pedro Henrique. O corpo foi recebido na Catedral da Sé, onde foi celebrada uma missa. Logo depois foi levado com honras militares para o Monumento à Independência.

O dia 12 de outubro pode ter sido também uma marca para esta cerimônia, já que a intenção da construção da Cripta Imperial e do próprio Monumento à Independência sempre foi abrigar os remanescentes humanos de Dona Leopoldina e Dom Pedro. Esse dia era o do aniversário do Imperador Dom Pedro I e também o da sua coroação, realizada em 1822.

No dia 10 de outubro de 1954, às 16:00 horas, os remanescentes humanos da Imperatriz Dona Maria Leopoldina foram entregues: “[...] à *Municipalidade de São Paulo, para serem trasladados ao Mausoléu-Panteon da Cripta do Monumento do Ipiranga*” (Anexos). Ou seja, estão sob a responsabilidade de Prefeitura do Município de São Paulo, assim como os remanescentes humanos de D. Pedro I, que chegaram ao Brasil em 1972, e os de D. Amélia, segunda esposa de D. Pedro I, chegados em 1982.

Em anexo ao citado artigo de MAGALHÃES, foram transcritas algumas cartas, documentos da época, compromissos assumidos por alguns, mas que atualmente não são respeitados, como podemos notar nas cartas dos Príncipes D. Pedro Henrique e D. Pedro Gastão, onde ambos solicitam a consagração de um altar e a celebração de missas em memória da Imperatriz. Isso foi cumprido durante um certo período, mas está esquecido já algumas décadas.

Muitos afirmam que o Estado é laico, e que o Monumento à Independência é um espaço público, com a presença de todos. Isso é fato. Entretanto, o contexto que o Monumento à Independência, sua Capela Imperial-Panteão, ou simplesmente Cripta Imperial está inserido é diferente de qualquer outro espaço mantido pela Secretaria de Cultura da Prefeitura do Município de





São Paulo. O local guarda os despojos de três imperadores do Brasil. Houve um compromisso assumido, que não está sendo mantido.

Os ornamentos religiosos simplesmente desapareceram, como qualquer um pode notar ao visitar a Capela Imperial do Ipiranga.

A Secretaria de Cultura do Município de São Paulo é responsável pelo local. Cabe a ela providenciar para que questões como esta possam ser solucionadas da melhor forma possível.

### Conclusão

Traslados de personagens históricos importantes geram sempre problemas, desacordos entre algumas partes. Foi o que ocorreu no caso do traslado dos remanescentes humanos de D. Leopoldina.

A responsabilidade hoje pela preservação dos remanescentes humanos dos Imperadores que repousam na Capela Imperial do Monumento à Independência é da Prefeitura do Município de São Paulo. É ela que deve zelar não só pela estrutura do local, mas também por acordos feitos no passado.

### Referências bibliográficas:

- AMBIEL, Valdirene do C. *Estudos de Arqueologia Forense Aplicados nos Remanescentes Humanos dos Primeiros Imperadores do Brasil Depositados no Monumento à Independência*. São Paulo. Tese de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, 2013.
- AMBIEL, Valdirene do C. *O Novo Grito do Ipiranga*. São Paulo, Linotipo Digital, 2017.
- CORREA, Antônio Jorge (Gen.) *O Simbolismo Histórico na Trasladação dos Restos Mortais de D. Pedro I*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Edição Comemorativa do Sesquicentenário da Independência do Brasil. São Paulo, 1972, p.138-143.
- FARAH, Sheila. *Além dos Jardins do Ipiranga: história, restauro e vida no Parque da Independência*. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2004.
- MAGALHÃES, Almeida. *Dona Leopoldina: a imperatriz da Independência*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 55. São Paulo: Canton, 1959, p. 249-262.